

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 8 DE JULHO DE 2015

NÚMERO 6.852

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Aldo Schneider
1º VICE-PRESIDENTE

Leonel Pavan
2º VICE-PRESIDENTE

Valmir Comin
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Dirce Heiderscheidt
3º SECRETÁRIO

Mário Marcondes
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Silvio Dreveck

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA
(PSDB E PP)**
Líder: José Milton Scheffer

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVAÇÃO
(PR, PSB E PPS)**
Líder: Cleiton Salvaro

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: César Valduga

DEMOCRATAS
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Rodrigo Minotto

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei Alberton Ascari
Ricardo Guidi
Narcizo Parisotto
João Amin
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Darci de Matos
Cleiton Salvaro
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
Maurício Eskudlark
José Milton Scheffer
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Natalino Lázare
Manoel Mota
Fernando Coruja
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
Gean Loureiro - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Narcizo Parisotto
Serafim Venzon
Luiz Fernando Vampiro
Luciane Carminatti

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ricardo Guidi
Silvio Dreveck
Antonio Aguiar
Valdir Cobalchini

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Patrício Destro
Rodrigo Minotto
José Milton Scheffer
Antonio Aguiar
Gean Loureiro
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
Mauro de Nadal
Manoel Mota
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente
Darci de Matos
Rodrigo Minotto
Luiz Fernando Vampiro
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Cesar Valduga
João Amin
Maurício Eskudlark
Neodi Saretta

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Natalino Lázare
Marcos Vieira
Dalmo Claro
Luiz Fernando Vampiro

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Fernando Coruja
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Ricardo Guidi
João Amin
Antonio Aguiar
Ana Paula Lima
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Gabriel Ribeiro
Natalino Lázare
Rodrigo Minotto
Serafim Venzon
Gean Loureiro

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente
Patrício Destro - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
José Nei Alberton Ascari
Patrício Destro
José Milton Scheffer
Romildo Titon
Manoel Mota
Neodi Saretta

COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente
Doutor Vicente - Vice-Presidente
Cleiton Salvaro
Cesar Valduga
José Milton Scheffer
Fernando Coruja
Dalmo Claro

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente
Ana Paula Lima - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Doutor Vicente
Fernando Coruja
Romildo Titon
Narcizo Parisotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente
Ricardo Guidi - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Romildo Titon
Neodi Saretta
Cesar Valduga

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Natalino Lázare
Doutor Vicente
Dalmo Claro
Fernando Coruja
Ana Paula Lima

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvanira Bohn</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 049ª Sessão Ordinária realizada em 03/06/2015 2 Ata da 012ª Sessão Especial realizada em 08/06/2015 14</p> <p>Publicações Diversas Ata de Comissão Permanente.. 19 Aviso de Licitação 19 Aviso de Publicação 19 Portarias 19 Resoluções 21</p>
--	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 049ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2015 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Peça a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, deputado Aldo Schneider, a Assembleia Legislativa tem uma bancada qualificada e muito representativa. Nesta tarde, tenho a honra de receber, neste Parlamento, três líderes do sul de Santa Catarina, o professor Gilberto Delfino, o Betinho, que está aqui nas galerias, o funcionário público Aluísio Rodrigues Caetano, e ainda o técnico agrícola Edson de Oliveira Borba Júnior.

Por isso, com satisfação, eu registro, sr. presidente, a presença desses líderes do sul de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado, eminente deputado Natalino Lázare.

Que todos os visitantes sintam-se, na Casa do Povo de Santa Catarina, como se estivessem em sua casa.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedemos a palavra, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, com satisfação, queremos anunciar a instalação do Fórum Parlamentar para Incentivo e Desenvolvimento de Políticas

Públicas na Geração de Eletricidade por meio de Fontes Renováveis. O nome é extenso, mas necessário para justificar essa frente parlamentar.

De fato, no próximo dia 5 de junho, estaremos celebrando o Dia Mundial do Meio Ambiente, e por isso a iniciativa da implantação desse fórum nesta data. Conforme orientação dos partidos desta Casa, o Fórum será constituído por este deputado e pelos deputados Cesar Valduga, Cleiton Salvaro, Dirceu Dresch, Gean Loureiro, Narcizo Parisotto, Natalino Lázare, Rodrigo Minotto e Silvio Dreveck. Às 15h, estaremos fazendo o ato oficial de abertura desse Fórum na sala da imprensa.

Permito-me cumprimentar o vereador Gabriel, de São João Batista, que nos abrilhanta com sua presença nesta tarde, e também o vereador Lucas, de Tubarão.

Este Fórum surgiu de um debate já iniciado nesta Casa, com o deputado Pedro Uczai, que de forma muito criativa instalou nesta Assembleia o programa Sustentar 2008. A partir daquelas tratativas, das quais tive a oportunidade de participar, sentimos a necessidade e a motivação para refletir sobre temas intimamente relacionados ao meio ambiente, pensando nos dias de hoje e, sobretudo, nas próximas gerações.

E existe um leque de eixos temáticos, como aquecimento global, produção de alimentos, energias renováveis, consumo responsável, reuso da água, enfim, quando se pensa num mundo sustentável.

Esse Fórum surge para conhecer e debater ferramentas que nos ajudam a dimensionar os desafios colocados para a sobrevivência do planeta que habitamos. A proposta desse Fórum é rever o uso das energias, as chamadas vilãs, como a energia nuclear, a energia fóssil, e incentivar a busca e a exploração do enorme potencial catarinense de energias alternativas, seja a hidráulica, a eólica, a solar. Portanto, é necessário que nos libertemos daquilo que os estudiosos chamam de uma petrodependência.

É claro que nós precisamos também avançar no sentido de elaborar, deputado Fernando Coruja, v.exa. que tem essa experiência em nível de Congresso Nacional, um plano estadual de energias renováveis, que ainda não temos em Santa Catarina. Esperamos que o Fórum possa contribuir com a elaboração de dispositivos legais, de um marco regulatório que de fato possa disciplinar a geração, a distribuição e a comercialização de energias renováveis. São mudanças possíveis, viáveis e necessárias para este tempo.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Quero cumprimentá-lo por essa iniciativa. Esse tema é absolutamente importante. Precisamos avançar na discussão de energias renováveis, de formas de alternativas de energia.

Ontem, na comissão de Constituição e Justiça, debateu-se um projeto ao qual eu pedi vista, pois seria derrotado por inconstitucionalidade. O deputado Jean Kuhlmann queria isenção ou um tratamento tributário diferenciado, mas aí vem a questão de que não é compatível com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Temos que encontrar mecanismos. V.Exa. está de parabéns por tratar desse assunto e tentar encontrar soluções.

Temos que procurar soluções, mesmo que se diga que a questão é afeto ao Congresso Nacional. Todos nós somos responsáveis. Então, acho muito boa essa iniciativa. Por isso, cumprimento-o.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Da mesma forma, quero parabenizá-lo pela iniciativa.

A comissão de Agricultura e Política Rural tem um projeto voltado para essa questão que está amadurecendo. E, seguramente, esse vai ser o grande caminho do futuro. São alternativas extraordinárias. A questão da energia realmente precisa desse olhar que v.exa. impõe, agora, à frente dessa ação parlamentar.

Por isso, nós, membros da referida comissão, somos solidários a esse projeto.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Deputado Natalino Lázare, agradeço a v.exa., que também faz parte desse Fórum.

Em 2008, quando debatíamos esse tema, nesta Casa, numa ação liderada pelo deputado Pedro Uczai, surgiu um documento

chamado Carta de Florianópolis, e nós entendemos necessário ressuscitar essa motivação.

Naquele tempo já se propunha difundir o conhecimento sobre as energias renováveis e o consumo responsável de bens e alimentos, criar um fórum estadual de mudanças climáticas, formular um plano estadual das energias renováveis, implementar projetos de reeducação para o consumo, que contribuam para a reciclagem da energia e dos materiais para a produção industrial, constituir redes de atuação social na área de energias renováveis, enfim, assumir um compromisso com os catarinenses de prudência ambiental, de viabilidade econômica e de justiça social.

Portanto, o Fórum Parlamentar para o Incentivo e Desenvolvimento de Políticas Públicas na Geração de Eletricidade por meio de Fontes Renováveis surge com base nesses dados.

Hoje sabemos que menos de 20% do consumo mundial de energia procede de fontes renováveis, como o sol, o vento, as marés, a chuva, a geotérmica.

Enfim, nós estamos aí ainda prisioneiros de chamadas energias vilãs, as energias nucleares e fósseis.

Portanto, com a instalação deste Fórum Parlamentar aqui na Assembleia Legislativa, nós queremos privilegiar escolhas que contribuam para uma governança ambiental comprometida com a sustentabilidade. Não basta alertar. Esse também é um papel do Fórum, mas nós queremos ir além-fronteira. Nossa proposta é olhar para Santa Catarina, investigando as diferentes tessituras do seu corpo social, suas incríveis e ricas topografias. E os seus recursos elementares para o desenvolvimento e preservação de todas as formas de vida.

Os srs. deputados estão convidados para esse ato simbólico, na sala de imprensa, às 15h, da instalação do Fórum Parlamentar para o Incentivo e Desenvolvimento de Políticas Públicas na Geração de Eletricidade por meio de Energias Renováveis.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Cumprimento o deputado pelo brilhante pronunciamento que faz sobre assuntos importantíssimos para a sociedade. Aliás, o deputado Ismael dos Santos é um dos deputados que representa com muito orgulho o nosso estado.

Com a palavra o deputado líder do PMDB, Antônio Aguiar, por dez minutos, com certeza com boas informações para todos nós.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Leonel Pavan, sras. deputadas e srs. deputados, gostaria de ressaltar a importância do que temos a falar hoje para Santa Catarina. Primeiramente, quero abordar a vida, o ser humano.

(Passa a ler.)

“A vida hoje está sendo muito pouco valorizada em nosso meio. Quanto vale uma vida? O que significa a vida?”

Em vários momentos da nossa vida nós temos interrupção dessa vida. E essa interrupção da vida acontece principalmente de forma brusca, abrupta, através de acidentes de trânsito. Hoje, com certeza, em Santa Catarina, a maior causa da morte de pessoas entre 20 e

39 anos são os acidentes de automóveis, que ceifam a vida das pessoas, a vida dos nossos entes queridos, amigos e familiares. São mortes que nos deixam profundamente magoados, muitas vezes. Por isso, temos que reagir contra isso.

Por isso, quero falar da importante campanha que está sendo realizada no estado de Santa Catarina, a Campanha Balada Pela Vida. O que significa essa campanha? Trata-se de uma nova lei seca, que tem vigor para trazer menos violência no trânsito. Agora, a tolerância vai ser zero, não adianta recusar o bafômetro, pois a gravação de vídeo e o testemunho serão válidos como prova.

Quem beber e for flagrado dirigindo vai pagar uma multa de R\$ 1.915,40 e vai ter o seu direito de dirigir suspenso por 12 meses, se a concentração de álcool for superior a 0,34mg/l, além da multa e da suspensão do direito de dirigir, e o infrator está sujeito à prisão por seis meses a três anos.

Então, essa campanha que já se iniciou no estado de Santa Catarina, tem que atingir o governo do estado. Sr. governador, essa medida vai fazer com que o estado de Santa Catarina tenha lugar de destaque, mas não o lugar de destaque que está ocupando hoje. Atualmente, este estado ocupa lugar de destaque quanto ao índice de mortalidade infantil, à educação e a outros itens também importantes, como a economia, mas infelizmente tem destaque alto também o índice de mortes por acidentes de trânsito. E a maioria dessas mortes está entre as pessoas de 20 a 39 anos.

Recebi hoje os integrantes do Rede Vida no Trânsito, que defendem o fortalecimento da campanha Balada pela Vida, criada através da Portaria n. 444/2013, pelo Detran. Trata-se de é uma portaria do Departamento de Trânsito do Estado de Santa Catarina.

Recebemos a equipe dos integrantes do Rede Vida no Trânsito: a Francisca Dausy, representando a secretaria municipal de Saúde; o dr. André Luís Fernandes Andújar, médico ortopedista do Hospital Infantil Joana de Gusmão; a Graziela Maria Casas Blanco, do Detran, que possui um grupo de oito pessoas trabalhando por essa campanha para diminuir os acidentes de trânsito no nosso estado; o médico pediatra Leandro Pereira Garcia, da Vigilância da Saúde da Prefeitura de Florianópolis. Essas pessoas vieram até nós, pensando em aumentar a propaganda para chamar a responsabilidade, fazer a conscientização do povo catarinense com relação aos acidentes de trânsito.

Também pedimos ao governador Raimundo Colombo e ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira uma ação mais enérgica no sentido de conseguirmos diminuir os acidentes de trânsito. E quais são essas ações enérgicas? Por exemplo, a Polícia Militar precisa fazer mais blitz para que os indivíduos que dirigem alcoolizados sejam punidos, porque além de causarem problemas a si próprios, fazem pior, causam acidentes a outras pessoas que não têm nada a ver com seu problema alcoólico.

E, por falar em alcoolismo, a maior droga em Santa Catarina é o álcool, pois é muito mais usado hoje do que a cocaína, a maconha e outros entorpecentes sintéticos. O álcool é, sim, o grande mal da sociedade catarinense. E o álcool é liberado, assim como sua

propaganda. Dizem que não há propaganda direta, mas existem as propagandas indiretas, basta ver as novelas que mostram mulheres e homens tomando vinho, uísque, cerveja.

Não podemos admitir essas propagandas enganosas. Vamos parar de nos enganar. Acho que as redes de televisão precisam parar de produzir propaganda enganosa. O álcool é uma droga e ainda fazem propaganda enganosas. Temos que agir contra isso. Assim, conclamamos o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, para que faça um programa nesse sentido e conceda uma verba especial da Assembleia Legislativa para enfrentarmos o problema do álcool.

Essa droga dizima famílias. Precisamos que esse problema seja atacado por todos os deputados, pois temos obrigação de diminuir a venda e a ingestão do álcool. Mas, aí, vem a Rede Globo e faz propaganda comercial do vinho. Precisamos acabar com a bebida alcoólica. Nas famílias brasileiras, 63% da juventude dá o seu primeiro gole de cerveja, de uísque ou de pinga dentro de casa. Então, precisa haver uma conscientização das famílias sobre esse problema. É preciso que tenham a consciência de não mais ingerirem o álcool. Essa consciência deve atingir profundamente as famílias e, acima de tudo, nas escolas, é necessário ensinar os alunos sobre esse perigo. É de lá que precisa partir a conscientização.

Sr. secretário da Educação, Eduardo Deschamps, vamos estudar medidas para que os alunos sejam conscientizados a não beber álcool. Assim, os alunos irão puxar a orelha dos pais, chamar a atenção deles. E, hoje em dia, as mulheres estão bebendo mais do que os homens. Temos que fazer com que essa consciência seja total.

Então, fica o nosso apelo à comunidade catarinense para que olhem para esse problema com seriedade e confiança para que diminuamos a ingestão de bebida alcoólica, principalmente nas nossas famílias para que não tenhamos um mal maior no futuro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado Antônio Aguiar, e o que dizer do vinho nas igrejas católicas.

Com a palavra o deputado Fernando Coruja, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero registrar aqui o andamento, a progressão das duas principais propostas que estamos trabalhando nesse início de mandato de deputado estadual, que têm como ideia básica o processo de fortalecer a federação brasileira.

A federação brasileira é uma federação frágil, onde os Poderes são absolutamente concentrados. Mesmo sendo uma federação, o Brasil só foi um estado unitário na primeira Constituição de 1824. Esta federação passou por várias fases, ora mais centralizada, ora menos centralizada, e a partir da chamada República pós-constitucional de 1988, inicialmente, a federação brasileira ficou mais forte. Mas, lentamente foi enfraquecendo.

Então, nós temos duas propostas básicas que estão em andamento. Uma delas, a que o deputado Leonel Pavan se referiu nesta

semana ainda aqui, que ele é o relator, diz respeito à questão de a propositura no Congresso Nacional, de uma emenda constitucional a partir das Assembleias, visando alterar o pacto federativo.

Estaremos em Vitória na próxima semana, quando vai haver um encontro da Unale, levando essa ideia. Evidentemente, a proposta em si, com as cinco alterações que queremos apresentar, ainda vai tramitar nesta Casa.

Não sei se houve reunião da Mesa hoje, mas o deputado Gelson Merisio falou que na primeira reunião levará a proposta para apresentar na forma de projeto de resolução a fim de que tramite na comissão de Justiça e nesta Casa. Mas, vamos ao encontro da Unale, e o deputado Leonel Pavan irá também, para começar a discutir essa questão. O deputado Sílvio Dreveck também vai estar lá. Informa-me o deputado Padre Pedro Baldissera que já passou na Mesa. Então, a Mesa estará encaminhando à comissão de Justiça para que possamos votar.

A segunda proposta que estamos tratando diz respeito à alteração da Constituição estadual para ampliar num prazo de seis anos a aplicação de recursos em saúde de 12% para 15%.

Nós começamos a discutir com a UVESC - União dos Vereadores de Santa Catarina - a possibilidade de que as Câmaras de vereadores, através de um projeto de decreto legislativo aprovado em cada Câmara, pudessem encaminhar a esta Assembleia Legislativa essa proposta.

Da mesma forma que nós podemos apresentar proposta e estamos trabalhando na alteração do pacto federativo, conforme o dispositivo constitucional, art. 60, inciso III, há uma previsão na Constituição Estadual, art. 49, inciso III, de que as Câmaras de vereadores podem também, considerando 149 delas, porque somos 297 municípios e seria preciso a metade mais uma, apresentar uma proposta de emenda constitucional.

Essa discussão está se travando no estado de Santa Catarina inteiro. Já recebemos, bem como esta Casa tem recebido, e hoje no expediente temos uma série de correspondências de Câmaras municipais da nossa região, da Amures, que estão encaminhando já o decreto legislativo aprovado a esta Casa para que, na hora em que consigamos reunir aqui pelo menos 149, possamos dar tramitação a essa emenda.

Pedimos, inclusive, o apoio dos eminentes deputados para na sua região, onde está tramitando essa discussão. Todas as Câmaras vão receber a sugestão de apresentar as propostas. Não é um mecanismo exercitado. Evidentemente, as câmaras não precisariam ser estimuladas. Estamos apresentando a proposta de que o façam para que possam, a partir daí, se quiserem apresentar emendas à Constituição Estadual, elaborar a sua própria pauta e apresentar, aqui, na Assembleia. Então, estamos pedindo o apoio para essa proposição.

Essa proposição parece muito importante. Há uma discussão ampla no país sobre o financiamento da Saúde e da Educação. Essas duas áreas são prioritárias e modificam em curto prazo a situação de determinado país. Se o país investir recurso público na Saúde de forma a permitir que o

parto seja adequado, que a gestação seja adequada, que as crianças nos primeiros anos de vida tenham boa saúde e uma formação orgânica adequada, bem como uma escola integral, uma escola de qualidade, teremos as modificações que o país precisa.

Os países que conseguiram fazer modificações expressivas em uma década, uma quinzena de anos, duas décadas, fizeram-nas dessa maneira. Nenhum país se desenvolveu por fazer rodovias, aeroportos ou por ter mais empregos. Desenvolvimento significa melhorar os índices de desenvolvimento humano, não apenas de crescimento econômico. O Brasil cresceu na década de 70 como nenhum país do mundo. Houve crescimento econômico, mas não houve desenvolvimento porque não houve investimento em educação, em saúde; não houve redistribuição de recursos para a população; não houve redistribuição de renda.

Precisamos ter a noção de que, se todos nós discursamos dizendo que a prioridade é saúde e educação, isso tem que ser feito também de forma material, com aquilo que podemos fazer. O que a Assembleia pode fazer? O que o Legislativo pode fazer? O Legislativo tem a prerrogativa de votar o Orçamento. O Legislativo tem a prerrogativa de votar as leis e ele pode dizer aonde os recursos serão aplicados. Afora os recursos que são vinculados para aplicação em pagamento de pessoal, por exemplo, os outros recursos podem aqui ser alterados durante a elaboração do Orçamento. E nós podemos aqui fixar o gasto em saúde.

A Constituição Federal deu o mínimo de 12% para os estados. E, nós queremos a partir dessa proposição, aumentar para 15% os recursos públicos gastos pelo estado em saúde.

Pedimos, então, o apoio dos eminentes colegas para que as Câmaras de Vereadores da sua região, da sua base eleitoral possam encaminhar sua proposta para cá para que aqui possamos discuti-la, quem sabe votá-la, aprová-la e melhorar a situação de saúde do nosso estado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado Fernando Coruja, esse fórum com certeza fará a sua diferença e teremos, certamente, um espaço muito grande a conquistar depois desse projeto que iremos encaminhar para as demais Assembleias Legislativas deste país. Pelo menos, esta Assembleia deu o pontapé inicial.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Cumprimento o sr. presidente, as sras. deputadas e os srs. deputados.

Faço ma manifestação hoje sobre uma ação bastante importante, que significa um grande avanço para os direitos das trabalhadoras e trabalhadores domésticos.

Aqui, há muitos deputados homens que provavelmente estão tranquilos, porque em casa têm, provavelmente, uma empregada doméstica trabalhando. E que bom que hoje, no Brasil, a empregada doméstica também tem direitos trabalhistas, assim como os demais trabalhadores.

Quero fazer o resgate da lei que foi aprovada em 2013, e se não me falha a memória era de autoria de um deputado do

PMDB, publicada em Diário Oficial, garantindo a essas trabalhadoras algumas conquistas. Parte dessas conquistas foi regulamentada através de uma emenda constitucional.

(Passa a ler)

"Essa emenda constitucional foi regulamentada através de lei de origem do governo federal, e estabelece uma série de garantias aos empregados domésticos. Além do recolhimento previdenciário, a nova legislação prevê o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Garante, ainda, o direito ao adicional noturno, seguro desemprego, salário-família, auxílio-creche e pré-escola, seguro contra acidentes de trabalho e indenização em caso de despedida sem justa causa.

Essa PEC é destinada a todos os trabalhadores contratados com mais de 18 anos. Portanto, não regulamenta o trabalho de menores, e se destina ao ambiente residencial e também familiar. Refere-se às lavadeiras, passadeiras, babás, cozinheiros, jardineiros, caseiros de residências na zona urbana e rural, motoristas particulares e até pilotos de aviões particulares.

Em 120 dias o governo federal vai regulamentar o Simples Doméstico. O que é o Simples Doméstico? É um sistema que vai unificar todos os pagamentos, por parte dos empregadores, desses novos benefícios, incluindo o Fundo de Garantia, seguro contra acidentes de trabalho, INSS, fundo para demissão sem justa causa, além do recolhimento do Imposto de Renda. Portanto, após quatro meses, entra em vigor a exigência desses pagamentos.

Desde 2013, com a PEC das Domésticas, alguns direitos já estavam valendo, como hora extra, jornada de trabalho de oito horas diárias e 44 horas semanais. Também já estava garantido o pagamento pelo menos do salário mínimo mensal, a integração e o recolhimento do INSS, as férias anuais remuneradas, o 13º salário, a aposentadoria, a não redução de salários, a licença gestante e a licença paternidade de cinco dias e o aviso prévio, além da Carteira de Trabalho assinada.

Na prática, o que muda, então, com esta nova regulamentação? Com essa nova lei sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, novos benefícios foram regulamentados e os domésticos passaram a ter os direitos garantidos, assim como os demais trabalhadores urbanos e rurais. É importante trazer aqui a manifestação tanto do ministro do Trabalho, Emprego e Renda, como também da ministra, secretária de Política para as Mulheres. 'Demos o passo definitivo para acabar com o trabalho escravo dentro das casas', disse a ministra.

O Brasil passa a ser um dos poucos países que têm uma lei que garante todos os direitos trabalhistas para os trabalhadores domésticos, e passa a ser exemplo para os demais países. Antes da lei, os trabalhadores domésticos não tinham horário de trabalho, não recebiam adicional noturno, não tinham direito ao Fundo de Garantia e à Carteira assinada e não tinham direito às férias. Com essa nova lei, o empregador precisa garantir ao trabalhador doméstico um local onde sejam observadas todas as normas de higiene, saúde e segurança, sem diferença salarial e discriminação.

As regras e custos para contratar esses profissionais serão as mesmas de

qualquer empresa que contrata um funcionário. É um grande avanço. Para a Organização Internacional do Trabalho, o Brasil passa a ser referência na regulamentação do trabalho doméstico, assim como poucos países, entre eles a África do Sul, que além de fiscalizar criou mecanismos de prevenção e informação."

Ontem, pela manhã, inclusive num canal de televisão em rede nacional, divulgaram uma matéria sobre a lei das domésticas, e tanto a empregadora, a patroa como a empregada falaram a esse respeito. Chamou-me atenção quando afirmaram que o trabalhador doméstico tem a mesma importância que qualquer outro trabalhador.

É importante que se diga que em outros países, inclusive de primeiro mundo, temos poucos trabalhadores domésticos e os que existem são extremamente bem valorizados do ponto de vista da remuneração, porque não é qualquer um que lava, passa, cozinha e arruma a casa todos os dias. Então, acho que precisamos enaltecer e valorizar a importância desse trabalho.

Como falei, se hoje estamos aqui sem nos preocupar com a nossa casa ou apartamento é porque tem alguém lá, deixando tudo organizado, preparado e limpo para que possamos ser bem acolhidos. Assim, quero destacar a importância desses trabalhadores não apenas do ponto de vista discursivo, subjetivo, mas, concretamente, os direitos trabalhistas estão chegando aos trabalhadores domésticos. Isso é um sinal de que a época da escravidão está ficando para trás. Parabéns ao Congresso que teve essa iniciativa pela aprovação na Câmara, no Senado. Quero parabenizar a presidenta Dilma Rousseff que envia a lei, regulamentando. E espero que todos os empregadores cumpram as determinações.

Inclusive emprego uma trabalhadora doméstica, e, muito antes da lei ser aprovada, em 2013, eu já pagava todos os direitos a ela. Para alguns é uma atitude, mas para outros é necessária à força da lei para que isso seja feito.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputada, acho que é um direito justo, adquirido através de muita luta. E também já, há alguns anos, as minhas secretárias do lar são registradas.

Quero anunciar com muita tristeza a nota de falecimento da mãe do deputado Serafim Venzon, que estava com problemas de saúde referentes à idade. Faleceu nesta madrugada, aos 80 anos em Brusque, a dona Maria Venzon. O velório acontece na capela mortuária de Brusque, próxima à prefeitura, no centro da cidade. O sepultamento será amanhã, dia 4 de junho no cemitério local.

Nós todos ficamos consternados com essa notícia, mas queremos deixar registrado, em nome desta Casa, os nossos sentimentos à família Venzon, em especial, ao querido deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero apenas apresentar, em meu nome e sei que em nome

do meu partido também, o nosso sentimento à família do amigo e deputado Serafim Venzon.

E quero aproveitar para registrar a presença, nesta Casa, do prefeito Roque Luiz Meneghini, do município de Guaraciaba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Da mesma forma esta Casa dá as boas-vindas ao querido amigo prefeito.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo, neste momento, representantes do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, deputado Leonel Pavan, que preside esta sessão; srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses. Gostaria de destacar duas questões que são relacionadas, já que no dia 5 de junho comemoraremos o Dia Mundial do Meio Ambiente, uma data importante para refletirmos sobre as questões ambientais do presente e do futuro.

Também, quero destacar que esta Casa aprovou na semana passada um projeto de lei de minha autoria que criou o chamado Setembro Verde em Santa Catarina, um projeto de lei que segue agora para a sanção do governador, que incentiva a população a adotar um comportamento de consumo ecologicamente sustentável. O objetivo é promover a conscientização da população catarinense em relação aos hábitos de consumo e seus consequentes impactos socioambientais, incentivando um comportamento ecologicamente sustentável e responsável.

Apresentei esse projeto de lei, porque entendo que essas questões devem ser de absoluta prioridade para nós, os catarinenses. Por isso, entendo que precisa haver uma verdadeira reflexão sobre os alimentos que consumimos, a forma de produção dos mesmos, inclusive pelo uso indiscriminado de agrotóxicos.

Faço esse registro principalmente para relembrar que o dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, deve servir para uma reflexão sobre o meio ambiente que nós queremos deixar às gerações futuras.

Ainda com relação a esse tema, quero me referir à audiência que ocorreu, hoje, pela manhã na comissão de Turismo e Meio Ambiente. Todos os deputados da comissão estiveram presentes. Contamos também com a presença do presidente da Casan e de técnicos da companhia, falando sobre os programas de investimento no estado.

Destaquei inclusive na minha fala na reunião que o Brasil em anos passados praticamente esqueceu-se de investir em saneamento e, agora, nos últimos dez anos vimos um avanço importante nessa área, mas se precisa avançar mais ainda. Inclusive, Santa Catarina, que ocupava uma das últimas posições no país no *ranking* de saneamento, agora, encontra-se na 18ª posição, com a previsão de melhorar bastante esse *ranking* nos próximos anos se executados todos os recursos previstos conforme explanado pelo presidente. Há investimentos de recursos do PAC do governo federal, o Programa de Aceleração do Cresci-

mento; de empréstimos da agência japonesa Jica, de uma agência francesa; de recursos do Orçamento Geral da União, que perfazem cerca de R\$ 1,5 bilhão.

E, nesse contexto, nós também reivindicamos a aceleração dos projetos prometidos. Cito, como exemplo, o esgoto sanitário no município de Concórdia, e tivemos a oportunidade de estar presente na hora da assinatura do contrato, com o ex-ministro das Cidades. Já faz cerca de três anos. Demorou quase três anos para a Casan conseguir lançar a licitação. Lançou a licitação com os preços defasados, e por isso não apareceram empresas. E, agora, está na fase de recomposição das tabelas para lançar a licitação novamente.

Fazemos um apelo para que essa obra seja lançada o quanto antes possível, pois essa é uma solicitação antiga. Lá também ouvimos alguém falar que alguns prefeitos ameaçam sair do sistema em Santa Catarina. E tive a oportunidade de ser muito claro e de dizer que, na verdade, é a sociedade que clama para que sejam agilizados os processos, não apenas os prefeitos. A sociedade quer o andamento desses projetos.

Por isso, tenho muita expectativa e confio no próprio presidente Valter Gallina, que tem se esforçado, bem como a sua equipe, para recuperar o tempo perdido nos anos passados. Espero que se possa, de fato, recuperar o tempo perdido e colocar em prática esses projetos, melhorando significativamente a questão do saneamento em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista, PP, PSDB.

Com a palavra, por 12 minutos, o deputado e ex-governador Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sras. e srs. deputados, gostaria de falar sobre o turismo religioso.

Diferente de todos os outros segmentos de mercado, esse turismo tem como motivação fundamental a fé. Está, portanto, ligado profundamente ao calendário de acontecimentos religiosos das localidades receptoras dos fluxos turísticos, como é o caso do feriado de Corpus Christi.

O momento é oportuno para lembrar a necessidade de maior valorização e de investimentos permanentes na estruturação e divulgação do turismo religioso, do turismo regional deste estado.

É preciso realmente dar ao turismo religioso certo impulso, pois temos neste estado roteiros religiosos importantes, como Nova Trento, a cidade de Santa Paulina, o segundo destino religioso mais procurado do Brasil; o Santuário de Azambuja, no Vale dos Milagres, em Brusque, o maior acervo de artes sacras popular do país. Muitas pessoas desconhecem a importância da exposição que existe justamente na cidade de Brusque, no Santuário de Azambuja, no Vale dos Milagres. Com certeza, trata-se de um dos melhores acervos do país.

Além disso, em Santa Catarina, ao todo há 22 santuários e uma centena de destinos de peregrinação católica, envolvendo 70 municípios.

Entre as atrações, há 240 anos, está a procissão do Senhor Jesus dos Passos, em Florianópolis, na Capital. Mantém-se como uma das maiores festas de fé e de religiosidade popular do nosso estado.

Em Joaçaba, no meio oeste, vemos o crescimento anual da Romaria Penitencial Frei Bruno. Em Nova Veneza, no sul do estado, srs. deputados, vemos uma movimentação cada vez maior no Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio. Cito algumas regiões do estado para mostrar a importância que tem o turismo religioso em Santa Catarina.

Quando falo sobre isso, algumas pessoas dizem que não conhecem. Talvez seja porque falta ainda uma divulgação maior a respeito. Recentemente estive em Nova Trento e gostei do panfleto que a secretária de Turismo deste estado criou, mostrando tudo o que a cidade tem a oferecer em função do turismo ao Santuário de Madre Paulina, uma das regiões mais visitadas do país.

(Passa a ler.)

“A crescente participação do público em eventos do gênero mostra o potencial do turismo religioso como um dos segmentos que mais crescem em nosso estado. Somente Nova Trento recebe mais de 800 mil visitantes por ano. Mais de 800 mil pessoas por ano visitam Nova Trento! E isso beneficia também o turismo de compras na vizinha cidade de São João Batista, uma das maiores produtoras de calçados, principalmente da nossa região sul.

O contexto e o rico potencial reforça a necessidade de se retomar a discussão sobre as ações de marketing que as cidades devem adotar para atrair ainda mais peregrinos como alternativa de fomento ao turismo regional em todo o estado.

Há ainda a necessidade da criação de novos roteiros que valorizem os entornos das cidades, polos de turismo religioso, estimulando com isso, o fortalecimento e os investimentos na infraestrutura e divulgação.

É importante que o setor turístico seja trabalhado de forma ampla e com planejamento em todas as regiões de Santa Catarina, indo além da potencialidade religiosa, valorizando as características étnicas e culturais de cada uma dessas cidades, como os produtos agrícolas e artesanais, entre outras atividades que possam estimular o turismo interno.

Os atuais dados econômicos de nosso estado comprovam que há necessidade do turismo interno ser estimulado ainda mais e de ter os investimentos reforçados pelos governos federal, estadual e municipais, prosseguindo com tudo que já vem sendo feito, mas fortalecendo o trabalho que iniciamos quando fui vice-governador ao lado do saudoso, ex-governador Luiz Henrique da Silveira.

Atualmente, srs. deputados, cerca de 12,5% de toda riqueza produzida em Santa Catarina provém do turismo. Apenas esse setor movimentou pelo menos R\$ 21 bilhões do PIB estadual. Cerca de 70 mil pessoas estão empregadas, entre empregos formais e informais na área.

Os números deixam claro o peso do setor na economia, mas também mostram que ainda há espaço para expansão, principalmente para o turismo religioso e regional catarinense que necessita de atenção de forma igualitária por parte do governo federal e estadual, meta

que vamos continuar defendendo e lutando no Parlamento como sempre fizemos quando prefeito de Balneário Camboriú, governador e senador. Entendemos que turismo bem estruturado também representa maior qualidade de vida para nossas comunidades.”

Tenho certeza de que todos nós sabemos das potencialidades de cada região, de cada município. Sabemos da importância que tem o turismo religioso, os parques temáticos, o turismo rural, o turismo da pesca, as praias, mas precisamos continuar fomentando essa indústria, liberando recursos para a infraestrutura, o saneamento e a divulgação das potencialidades turísticas do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Agradeço a concessão do aparte do nosso sempre senador, governador por Santa Catarina. V.Exa. fez carreira profissional e política num dos municípios mais visitados de Santa Catarina e do Brasil, Balneário Camboriú, falando da importância da indústria sem chaminés para Santa Catarina, que é o turismo, das potencialidades, dos equipamentos turísticos e, sobretudo, da necessidade de buscarmos mais incentivos para que os brasileiros e os turistas internacionais possam visitar este estado e deixar aqui dividendos para a economia deste estado.

Parabéns pelo pronunciamento de v.exa.!

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Quero ainda dizer a todos que nos assistem que nós, deputados estaduais de Santa Catarina, sabemos da importância desse setor. Hoje mesmo participei da reunião da comissão de Turismo desta Casa e estava lá o presidente da Casan, Valter Gallina, apresentando os projetos para investimento no saneamento. E fiquei feliz porque serão feitos investimentos no saneamento em Florianópolis e em diversos municípios de Santa Catarina. São mais de R\$ 200 milhões ou R\$ 300 milhões de recursos conseguidos no Japão, com a Jica, quando governador e fui lá assinar. E hoje esses recursos estão sendo utilizados para investimentos no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Parabéns pela brilhante manifestação de v.exa.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. RESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigado, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero apenas registrar a presença da prefeita Ivone Mazutti de Geroni, do município de Calmon, que está presente neste Parlamento, falando com diversos parlamentares.

Desejo-lhe boas-vindas, e também ao sr. João Batista.

O SR. RESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Registro a presença da prefeita. Seja bem-vinda!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesck Digital.

Desejo neste momento fazer menção ao conteúdo que foi passado pelo ministro Joaquim Levy, deputada Luciane Carminatti, num evento, há poucos dias, realizado na Associação Comercial e Industrial de Joinville.

Sr. presidente, inicio minha fala, afirmando que gostei da explicação do ministro. Quando falava aos empresários e à classe política, disse, deputado Mauro de Nadal, que o mistério da Fazenda, deputado Valdir Cocalchini, está atuando em três vertentes.

A primeira diz respeito ao ajuste fiscal, que acho fundamental, necessário e importante, mas tenho uma pequena divergência sobre a forma com que está sendo feito. O governo poderia, no meu entendimento, cortar mais gastos públicos, sobretudo com cargos comissionados, a exemplo do que o governador Raimundo Colombo irá fazer muito em breve nas SDRs de Santa Catarina. Mas, não, o governo está promovendo o ajuste fiscal com o aumento de taxas, impostos, e, sobretudo, com o aumento da energia.

O ministro da Fazenda falou de uma segunda linha, vertente em que o ministério está atuando, que diz respeito ao alinhamento de preços do Governo Federal. Isso significa, por exemplo, deputado Mauro de Nadal, corrigir aquilo que vinha sendo feito nos empréstimos do BNDES com juros subsidiados, recursos que a União não tem condições de suportar e que estavam drenando o caixa do governo federal. Esse é o item de alinhamento de preço.

E, hoje, surpreendemo-nos com um dado da Odebrecht, que emprestou recursos do BNDES. Deputada Luciane Carminatti, lamentavelmente, enquanto nós, empreendedores individuais, microempresários, temos dificuldades de buscar recursos, para a Odebrecht foram passados R\$ 300 bilhões para fazer obras internacionais. Isso é profundamente lamentável. Trata-se de um dinheiro que o caixa do governo não tem condições de suportar, e muita vez está sendo investido em outros países, em empresas realizando obras internacionais.

Alegrou-me muito a terceira linha, a terceira vertente da atuação do ministério da Fazenda, pois o ministro Levy informou, categoricamente, que o governo vai investir pesado na infraestrutura. E, aí, eu percebi que o PT se modernizou, avançou e melhorou muito. O que ele informou está estampado na capa dos jornais catarinenses e do Brasil, ou seja, que o governo inicia fazendo concessões das rodovias federais do estado de Santa Catarina.

Parabéns, deputada Luciane Carminatti! Muitas vezes, melhor do que acertar é reconhecer o erro. Parabéns ao governo federal. Lamentavelmente, temos que defender o pedágio nas nossas estradas. Talvez, ideologicamente, sejamos contrários ao pedágio porque pagamos o IPVA, mas, na prática, no dia a dia, operacionalmente, é necessário implantar o pedágio para que as rodovias possam ter melhores condições de trafegabilidade.

Portanto, no que diz respeito à infraestrutura, precisamos buscar investimentos internacionais, deputado Leonel Pavan. Assim, alegra-nos muito a visita dos chineses ao Brasil com recursos, com dividendos, com a possibilidade de investimentos pesados na infraestrutura, sobretudo em ferrovias, deputado Maurício Eskudlark.

Quero fazer uma observação: o presidente da República Fernando Henrique Cardoso - e v.exa. na época era governador, deputado Leonel Pavan - se consolidou na história do Brasil como o presidente que deu estabilidade econômica ao país; o presidente Lula, inegavelmente, se consolidou como o grande presidente da inclusão social no Brasil. Essa bandeira, essa marca ninguém vai tirar do presidente Lula e ninguém vai tirar do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Nós esperávamos - e esperamos ainda -, deputada Luciane Carminatti, que a presidente Dilma Rousseff fosse a presidente que pudesse dar ao Brasil o rótulo, o título de país da competitividade, além da aplicação de recursos numa educação em tempo integral, em tecnologia e inovação, o que significa investimentos em energia, ferrovias, rodovias e portos.

Portanto, essa possibilidade de o governo federal, definitivamente demonstrando que o partido se modernizou, fazer concessões de aeroportos, portos, rodovias e buscar investimentos internacionais, dá a demonstração da possibilidade de o país efetivamente ser um país competitivo.

Encerro, sr. presidente, as minhas palavras afirmando que nós todos ficamos frustrados com a reforma política que ainda não acabou, mas nós, deputado Silvio Dreveck, podemos perceber que mais uma vez teremos uma meia reforma política. Certamente a única mudança que deverá concretamente acontecer é o fim da reeleição.

A coligação na proporcional, os demais avanços que esperávamos, infelizmente, não aconteceram. Também a reforma tributária, deputada Luciane Carminatti, deputado Leonel Pavan, muitas vezes discutida e defendida por todos os parlamentares e governadores nunca aconteceu. Aquela reforma que sempre sonhamos em que o governo deveria taxar o lucro, a especulação, desonerando o setor de produção do país, não aconteceu e certamente não vai acontecer neste governo.

Mas a luz no fundo do túnel que podemos perceber, deputado Mauro de Nadal, é exatamente a iniciativa do presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, e do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que lideram a grande reforma, a reforma das reformas, que diz respeito ao pacto federativo. Não suportamos mais, municípios quebrados, municípios falidos. O Brasil tem a maior carga tributária do planeta, e 70% da arrecadação está sendo concentrada na capital federal, 22% nos estados, e 13, 14% nos municípios, onde a vida acontece.

Esse é um dos grandes gargalos deste país. O pacto federativo independe de partido e de governo. Nós também estivemos do governo federal e não fizemos o pacto federativo. Mas é preciso que os Parlamentos do Brasil, as Câmaras de Vereadores, os parlamentares federais, senadores e governadores

possam trabalhar em cima desse tema que o saudoso senador Luiz Henrique da Silveira sempre defendeu, estudou. Essa era uma das suas bandeiras no Senado Federal, deputado Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado Darci de Matos, quero cumprimentá-lo. V.Exa. fala com conhecimento com relação à questão da infraestrutura, à importância de investimentos em obras estruturantes para os estados do Brasil. Com certeza, v.exa. deve-se referir muito a Santa Catarina e a Joinville.

Independente de quem venha governar o país no futuro, é preciso que o atual governo federal, e até reparando erros do passado, passe a olhar os municípios com outro olhar, como se ali pudesse realizar as soluções que estamos tentando buscar para o país.

V.Exa., que tem uma grande experiência no Legislativo, demonstra já ter grande conhecimento nos assuntos do Executivo, pois pleiteia certamente um dia também governar a sua terra, Joinville. No seu pronunciamento, quando fala em ferrovias, rodovias, transporte, saneamento, refere-se justamente às necessidades dos municípios. Joinville é uma das maiores cidades do Brasil, a maior de Santa Catarina e não pode viver só com os recursos municipais.

É preciso que haja por parte do governo federal atenção aos problemas que atingem as cidades, e eu fiz um pronunciamento sobre essa questão, ontem, nesta Casa. Mas isso só poderá acontecer se houver realmente o pacto federativo, se tivermos uma nova visão nesse sentido, ou os problemas irão continuar e vamos precisar sempre buscar recursos e socorro no governo federal. É preciso que os recursos sejam descentralizados e distribuídos para os municípios e os estados.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Leonel Pavan.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Parabéns pela fala, deputado Darci de Matos.

Gostaria de fazer um parêntese ao vergonhoso encaminhamento que está tendo a reforma política. Levantamos a expectativa de que teríamos um modelo diferente, que pudesse valorizar mais os partidos, valorizar mais o voto, fazer economia no processo eleitoral que existe hoje, um gasto extraordinário que ocorre a cada dois anos na eleição dos nossos governantes.

Também gostaria de dizer que o que mais me frustrou, na semana que passou, foi justamente a abertura que estão querendo dar para o depósito privado para partidos políticos. De uma forma bem direta, o que se pretende com isso? Isso é uma privatização branca dos partidos, porque determinadas empresas, com um poder econômico considerável, terão a oportunidade de escolher o partido para fazer os seus depósitos, as suas ajudas no momento da campanha. Isso quer dizer, indiretamente, que irão comprar determinado partido para que trabalhe os projetos que forem de seu interesse.

Então, isso é muito triste para o povo brasileiro e, acima de tudo, para nós, que

milítamos na vida pública e que dependemos do voto para manter a representatividade de nossas regiões.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Deputado, falarei em seguida sobre a questão da importância da nomeação dos policiais civis que estão aprovados nos concursos. O governador Raimundo Colombo já fez a maior nomeação da história, foram 512 policiais nomeados. Com essa nova nomeação, quase 700 policiais serão nomeados, Raimundo Colombo será o governador que nomeou o maior número de policiais civis na história da instituição.

Mas com respeito do seu pronunciamento, acho que a questão da reforma política acabou virando uma vergonha. Triplicar a verba partidária, que era de R\$ 300 milhões, para R\$ 900 milhões, é um absurdo, totalmente na contramão do que a sociedade esperava.

Quanto à questão da concessão de rodovias, durante a semana, indo e vindo de Balneário, eu gasto em torno de R\$ 80,00 de pedágio por mês. Nos últimos quinze dias, trafegando nos fins de semana nas rodovias do oeste, que estão precárias, em que não há concessão, eu gastei isso com remendo de pneu. Deu para colocar um remendo no pneu, mas logo, daqui há um mês terei que trocá-lo, e a despesa será muito grande!

Então, como v.exa. bem falou, os impostos e o IPVA deveriam ser suficientes para manter as rodovias, mas isso não acontece. Então, é necessária a concessão, porque senão o prejuízo para a economia e para a sociedade é ainda muito maior.

Parabéns pela importância do tema abordado em momento apropriado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado.

Quero concluir, trazendo um dado e ainda me referindo ao pacto federativo. Por que nos Estados Unidos, que têm apenas 100 anos a mais do que o Brasil, o estado da Califórnia tem o PIB maior que o do Brasil? Talvez por dois ou três motivos, mas o principal é que os Estados Unidos é um país confederativo. Lá os recursos arrecadados, a grande fatia do bolo fica nos municípios. Há uma efetiva descentralização, autonomia, e inclusive a segurança é tratada pelos municípios. Esse é o grande motivo - além do espírito de comunidade e de voluntariado do americano - de os Estados Unidos terem alcançado um alto patamar econômico, social, tecnológico e científico, ou seja, lá os municípios dispõem efetivamente dos recursos arrecadados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB. O tempo será dividido entre os deputados Valdir Cobalchini e o Gean Loureiro.

Com a palavra o deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Sr. presidente, sra. deputada Luciane Carminatti e srs. deputados, estive ontem em Brasília, e provavelmente o deputado

Gean Loureiro, como presidente da comissão de Educação, fará também o registro da posse na presidência da Embratur do catarinense Vinícius Lummertz. Para este estado, é um feito muito importante, já que o turismo responde por uma parcela significativa do PIB catarinense e brasileiro. Ter um catarinense nessa posição vislumbra para Santa Catarina um futuro ainda melhor, uma vez que somos um dos estados mais desenvolvidos no turismo especialmente pela nossa bela natureza.

Também gostaria de registrar que, ontem, juntamente com o vice-governador Eduardo Pinho Moreira e o deputado Gean Loureiro, houve um almoço com a bancada federal do PMDB em Brasília, que tem o deputado Mauro Mariani como coordenador do Fórum Parlamentar, que congrega todos os 16 deputados federais e os três senadores. Foi um almoço em que tratamos obviamente de questões administrativas para Santa Catarina e de selar a unidade do partido, incluindo a bancada estadual, federal, a executiva do PMDB e todos os segmentos do partido na direção de que em 2006 possamos manter a atual representação e se possível trabalharmos para ampliar o número de prefeitos, de vice-prefeitos e vereadores.

Mas, gostaria neste tempo que vou dividir com o deputado Gean Loureiro de tratar também da questão da greve do Magistério que já perdura mais de 60 dias, deputada Luciane Carminatti, vice-presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto, e aqui quero citar os demais deputados que integram a referida comissão: deputados Natalino Lázare, Gabriel Ribeiro, Gean Loureiro, Rodrigo Minotto e Serafim Venzon.

Desde o início da greve dos professores estamos buscando através da comissão de Educação, Cultura e Desporto entendimento entre o governo e o Sinte. E quero aqui também fazer menção ao deputado Mauro de Nadal, presidente da comissão de Constituição e Justiça, que tem sido muito importante nessas tratativas, e também ao deputado Aldo Schneider, presidente desta Casa em virtude da viagem do presidente Gelson Merisio, que também ajudou a mediar o entendimento entre o governo e o Sinte.

Em determinado momento estivemos muito próximos de fechar a questão, quando chegou a ser assinado um acordo entre o governo e o Sinte, também com a assinatura de um representante da comissão de Educação, Cultura e Desporto. Entretanto, na assembleia dos professores o termo de acordo foi rejeitado e o impasse continua. Depois disso, na semana passada, mais precisamente na quinta-feira passada, eu e a deputada Luciane Carminatti estivemos com o secretário da Educação Eduardo Deschamps, apelando no sentido de que as negociações fossem retomadas entre o Executivo e o Sinte.

Na segunda-feira, desta semana, houve mais uma reunião entre os integrantes da comissão de Educação, Cultura e Desporto, o secretário Eduardo Deschamps e os técnicos da Educação, da Fazenda e da Administração, onde um termo de acordo foi encaminhado sempre com a participação desta Casa, representados especialmente pelos deputados da comissão. O governo neste acordo se compromete a instalar a mesa de negociação já agora na próxima segunda-feira, uma vez confirmada a expectativa que todos nós temos

de que, hoje, deputado Silvío Dreveck, a assembleia possa encaminhar o encerramento da greve do Magistério.

Essa mesa de negociação será composta por seis membros indicados pelo governo do estado, mais seis indicados pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Santa Catarina - Sinte -, um membro indicado pela comissão de Educação, Cultura e Desporto, e também um membro indicado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE. O prazo estabelecido por essa mesa de negociação será de 30 dias, prorrogáveis por mais 30 dias e será contado a partir da primeira reunião a ser realizada no próximo dia 8.

A pauta de negociação, deputado Gean Loureiro, é composta de itens já conhecidos, exatamente aqueles itens que foram propostos pelo próprio Sinte, e, através da participação dos deputados, houve a concordância do governo. E o Executivo então confirma, através desse termo de acordo encaminhado, aqueles itens que já haviam sido firmados com um acordo envolvendo o Sinte e, obviamente, com o aval da Assembleia Legislativa. Nós esperamos, sim, que hoje finalmente se tome uma decisão madura.

Aqui, em Florianópolis, na outra assembleia infelizmente alguns infiltrados, pessoas que não eram da Educação, romperam aquilo que se construiu pelo Executivo e pelo Legislativo, exatamente atendendo a proposta do Sinte. Mas algumas pessoas, mesmo sem serem integrantes da Educação, foram lá votar. E, no voto, ganharam daqueles que queriam e querem esse acordo visando uma educação melhor em Santa Catarina, com o envio a esta Casa no prazo estabelecido de 30 dias, prorrogável por mais 30 dias, de um plano de carreira que possa assegurar melhores vencimentos e mais estabilidade a todo o corpo funcional da Educação em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Deputado Valdir Cobalchini, srs. deputados, sra. deputada, está na hora de aperfeiçoarmos essa situação deputado. Numa área tão crucial como a Educação, deveria haver mecanismos legais suficientes na legislação para que depois de um determinado número de dias de greve, a Justiça fosse automaticamente chamada. Vejam quanto tempo essa demorando esta situação. Quantos problemas serão ocasionados às pessoas, às famílias, aos estudantes, aos próprios trabalhadores. Com isso tudo se rompe a previsão de férias, a condição de prestar vestibular ou até outros tipos de concursos. Há perdas tanto de um lado quanto do outro. Eu não vou entrar no mérito do que é certo ou errado. O fato é que as crianças de Santa Catarina estão sofrendo e as famílias também.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Obrigado, deputado Vicente Caropreso. Eu pretendo num outro espaço concluir o meu pronunciamento, mas quero com alegria passar a palavra ao deputado Gean Loureiro no tempo restante destinado ao partido.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda no tempo destinado ao PMDB,

com a palavra o deputado Gean Loureiro, que terá também, por cedência do deputado Cleiton Salvaro, um tempo a mais.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Obrigado presidente!

Srs. deputados e sras. deputadas, inicialmente, quero dizer que é com muita felicidade que estamos comemorando a Semana do Meio Ambiente e, no dia 5, o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Nesta Casa Legislativa, foi adiada uma programação que seria realizada no hall da Assembleia em virtude das condições que eram oferecidas e transferida para o mês de setembro, quando da comemoração do Dia da Árvore, numa ampla programação.

Entretanto, ocorreram alguns eventos de grande importância. O primeiro a destacar foi o evento do Dia do Educador Ambiental, um seminário organizado pelo Grupo de Trabalho de Educação Ambiental, da Grande Florianópolis, com a presença de um grande número de jovens, discutindo energias renováveis, desenvolvimento sustentável. Foi feito um amplo debate. O seminário foi proposto pelo GTEA ao deputado Kennedy Nunes, que procurou a comissão. Esta acatou a sua sugestão e realizou o grande evento.

Ainda na manhã de hoje, às 11h, houve uma reunião da comissão de Turismo e Meio Ambiente com a presença do presidente da Casan, engenheiro Valter Gallina, que durou até às 13h. Contamos com a presença da totalidade dos membros da comissão e de diversos srs. deputados, e destaco a presença do deputado Leonel Pavan, que na condição de vice-presidente não pode participar oficialmente das comissões, mas que é um membro nato da comissão de Turismo e Meio Ambiente desta Casa. Foi uma audiência pública muito proveitosa, onde foram apresentados todos os investimentos da Casan no estado de Santa Catarina.

O presidente do Sindicato, representando os servidores, destacou a importância da Casan e o seu relacionamento com os municípios, e percebemos, pela sintonia da gestão com os servidores da instituição, que vivemos um novo momento na maior empresa concessionária de água e esgoto de Santa Catarina, que é a Casan.

Quero cumprimentar todos os técnicos da Casan que apresentaram detalhes de investimentos e a verdadeira possibilidade de Santa Catarina se reposicionar no quesito saneamento básico. Hoje, somos o 17º estado com menos de 20% de atendimento, e a meta é chegarmos à 4ª colocação, com quase 50% de atendimento, em 2018, ainda no atual governo. É uma meta audaciosa, mas já há fontes de recursos garantidas, como financiamentos do banco japonês Jica, de banco francês, de banco alemão, recursos próprios da Casan e obviamente existe toda uma política de integração com as prefeituras para que isso efetivamente possa se concretizar.

Por isso, quero cumprimentar todos que participaram da reunião. Foi uma oportunidade de poder questionar, tirar dúvidas, conhecer o investimento. O Parlamento pode com profundidade saber o que vai ser investido, quando vai ser feito o investimento para levar o conhecimento a sua base eleitoral e aos seus prefeitos. Faz com que possamos participar mais dando sugestões e conselhos. E trago um dos conselhos que foi sugerido.

Hoje, temos o programa Floripa se Liga na Rede, em que a Casan repassa recursos às prefeituras, para fiscalizar as residências, deputado Ismael dos Santos, cobrando que sejam feitas as ligações de esgoto, não na rede pluvial que vai direto para o mar, mas na rede de esgoto. Entretanto, o investimento para as famílias fazerem essa mudança custa aproximadamente R\$ 8 mil, e quase nenhuma família tem condição de realizar esse investimento. É óbvio que as pessoas não querem ligar o esgoto na rede pluvial, querem ligar na rede corretamente, só que não têm dinheiro.

E houve o lançamento da proposta da busca de um subsídio, através de financiamento, para que essas famílias tenham condições efetivas de fazer a ligação correta da rede de esgoto. Não adianta cobrar isso de uma família carente, que há 50 anos tem aquela estrutura. Agora, que passa a rede de esgoto, a família recebe o auto de infração, mas isso de nada vai adiantar. Então, temos que concretizar a viabilidade disso, para evitar esse dano ambiental, que acaba prejudicando todo o nosso patrimônio turístico e ambiental que são as nossas praias.

Em ato contínuo, sr. presidente, quero trazer o relato da nossa visita a Brasília, ontem, onde participamos da posse do novo presidente da Embratur, que é um catarinense, para orgulho de todos nós, o Vinicius Lummertz, que já atuou como secretário de estado, como secretário municipal de Turismo, como secretário Nacional de Políticas Públicas do Turismo. E, agora, por indicação do PMDB, ele ocupa a presidência da Embratur, com o aval da presidente Dilma Rousseff. Teve assinado o seu decreto pelo vice-presidente, o Michel Temer, que estava no exercício da Presidência.

Talvez não tenhamos a noção da importância de ter um catarinense lá posicionado, um catarinense que conhece a realidade do turismo brasileiro, e sabe que precisa fazer ainda muito mais. E lá, o ministro Henrique Eduardo Alves, colocava que se o ministro Joaquim Levy tivesse conhecimento do quanto pode arrecadar mais investindo em turismo, não iria discutir cortes do orçamento na área turística.

É óbvio que também estivemos juntos com a bancada federal do PMDB, deputado Mauro de Nadal. A bancada estadual estava lá representada, bem como a bancada federal. O senador do nosso partido estava presente. Tivemos a oportunidade de nos integrar, identificando-nos cada vez mais os nossos parceiros políticos, de potencializar novas filiações. O nosso objetivo é fazer com que a bancada estadual, a bancada federal possa estar integrada com as grandes lideranças do estado fortalecendo o PMDB em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Nobre deputado, fiquei feliz hoje pela manhã ao ler o noticiário que relatava essa importante reunião, na qual o PMDB participou em Brasília, com autoridades catarinenses e os deputados federais, e pela grandeza do nosso partido. Percebemos que apesar das dificuldades que o partido enfrenta ele se fortalece nas

adversidades. Exemplo clássico disso foram as convenções que antecederam as eleições passadas para governo do estado de Santa Catarina.

Tivemos as nossas disputas internas, o PMDB foi para a convenção com duas alas bem postas para o convencional fazer sua escolha e a partir daí todos apostavam que o PMDB seria dois partidos em Santa Catarina. Pelo contrário, nosso partido se uniu, lutou, trabalhou com muita força na eleição de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira e o resultado foi a eleição em primeiro turno. Agora é claro que o PMDB recebeu um grande baque com a partida do nosso grande articulador, Luiz Henrique da Silveira, mas vejo a grandeza do partido e como se agiganta nas dificuldades, através do gesto praticado por lideranças importantes do PMDB.

Com isso quero crer, e tenho absoluta certeza de que o PMDB se fortalecerá ainda mais, porque terá um pouco mais de sensibilidade através de seus líderes com espírito de agregação, com espírito de soma de esforços para construção de um bom projeto.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Muito obrigado, sr. deputado.

É importante frisar, voltando à questão do turismo em si, o anúncio do ministro do Turismo na sua posse. Nos meses de junho e julho do ano que vem, estão buscando junto ao Senado a liberação para que o ingresso no Brasil de norte-americanos e canadenses possa acontecer sem necessidade de visto de entrada no país.

Há de se salientar a importância disso para Santa Catarina, pois os americanos são os turistas que mais gastam nas viagens internacionais para o Brasil; são os que ficam o maior número de dias neste país, ficando em média 20 dias quando veem para cá. E Santa Catarina mesmo não sendo a sede das Olimpíadas pode aproveitar esse período extenso e divulgar o nosso estado para ganhar a presença do turista norte-americano e canadense.

Obviamente poderemos discutir sobre esse assunto, porque o ministro do Turismo, Henrique Eduardo Alves, que foi meu líder na bancada federal, quando exerci o mandato de deputado federal, confirmou a vinda a Santa Catarina e a esta Casa Legislativa no dia 15 deste mês de junho, às 16h30, quando estará aqui, neste plenário, apresentando as ações do ministério do Turismo junto com os deputados e todo *trade* turístico catarinense, que o convidou.

Então, tenho certeza de que é uma oportunidade de termos o ministro conosco e de esta Casa Legislativa também poder mostrar que a comissão de Turismo e Meio Ambiente consegue agregar, atrair, junto com o secretário de estado do Turismo e com lideranças deste estado, momentos oportunos de deixar clara a nossa potencialidade turística e a necessidade para novos investimentos.

Esperamos que com o presidente da Embratur agora sendo um catarinense, que conhece a realidade do turismo de Florianópolis e de Santa Catarina, possamos viver obviamente um novo momento.

Fiquei muito feliz de poder ter feito o convite como um deputado do PMDB e de ter um membro do PMDB participando de uma discussão no estado de Santa Catarina.

Fica desde já o convite a todos os parlamentares para aqui estarem no dia 15 de junho, segunda-feira, às 16h30. E podem se organizar para estarem nesta Casa, pois há uma agenda programada durante todo o dia e no período da noite haverá um novo momento de união e integração quando reassumo a presidência do PMDB de Florianópolis com a participação do presidente nacional, senador Valdir Raupp, do ministro do Turismo e do vice-presidente da República, e obviamente vou estender o convite aos outros partidos para estarem conosco. E o Vinícius vai acompanhar o ministro na vinda a Santa Catarina.

Agradeço ao deputado Cleiton Salvaro e à bancada pelo tempo cedido. Meus cumprimentos ao deputado Valdir Cobalchini, que no exercício da presidência conduz a integração pela unidade do partido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado Gean Loureiro, quero apenas dizer que fiz um pronunciamento há pouco sobre o turismo em Santa Catarina e fiz referência ao tema que debateram hoje, saneamento, na comissão que v.exa. preside, a comissão de Turismo.

Entendo que turismo é uma indústria que não precisa de tanto esforço. Arrecadamos R\$ 21 bilhões do PIB com o turismo neste estado. Precisamos apenas fazer alguns investimentos importantes. O fato de termos, hoje, Vinícius Lummertz na Embratur enriquece ainda mais o turismo no Brasil e dá força ao estado. Ele foi um dos principais secretários do meu governo. Uma pessoa inteligentíssima, competente. E, sem dúvida alguma, podemos aproveitar a sua estada aqui para divulgar ainda mais o turismo de Santa Catarina.

Fui o primeiro presidente da comissão de Turismo do Senado Federal. Criei a comissão permanente do Turismo no Senado, que não havia antes, com uma lei aprovada no plenário do Senado Federal.

Findo o horário reservado aos Partidos Políticos, passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0039/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0054/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0066/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0069/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0081/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição n. 0004/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan e outros, que altera o art. 106 da Constituição do Estado de Santa Catarina e acrescenta o art. 57 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a escolha do delegado-geral e a proposta da Lei Orgânica da Polícia Civil.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra o sr. deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Deputado Leonel Pavan, quero cumprimentar v.exa. Hoje estamos votando a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição que define a lista tríplice da escolha do delegado-geral da Polícia Civil.

Também sou autor de uma proposta semelhante voltada ao comando da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros em que o deputado Valdir Cobalchini, na comissão de Constituição e Justiça já emitiu o parecer favorável. Foi solicitado vista e acredito que por analogia vai seguir o mesmo encaminhamento dado a proposta de v.exa. Quero aqui parabenizá-lo pela proposta, manifestando a minha posição favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado Gean Loureiro, a proposta democratiza, liberta muitas entidades sociais das amarras políticas e faz com que possamos ter nomeações tanto na Polícia Civil, de delegado-geral, como também na Polícia Militar.

Isso não tira a prerrogativa do governador escolher, porém os escolhidos serão da entidade civil, e da militar caso a sua emenda venha a ser aprovada. As entidades escolhem pessoas capazes, preparadas, totalmente integradas que possam atuar, e depois, por meio da lista tríplice, o governador colocar a sua digital.

Já houve aqui inúmeros chefes da Polícia Civil que tiveram sucesso, a exemplo do deputado Maurício Eskudlark, indicado na época pelo PSDB, que foi um grande chefe de polícia. Mas com certeza a escolha agora será mais democrática e haverá a participação das entidades de segurança.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição n. 0008/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga e outros, que dá nova redação ao § 1º do art. 47 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para garantir a representação proporcional de cada sexo na

composição da Mesa e das comissões da Assembleia Legislativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero registrar que estamos votando, tanto nesta Proposta de Emenda à Constituição quanto nas demais, apenas a admissibilidade.

Portanto, o mérito será tratado posteriormente, e quanto ao mérito obviamente haverá um debate mais profundo na questão das posições que aqui podem ser entendidas favoráveis ou não.

Faço esse registro porque, se não deixarmos isso claro ao telespectador, a população catarinense poderá entender que já votamos a proposta de emenda à Constituição, quando na verdade trata-se apenas a admissibilidade, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Correta a sua explicação, deputado Silvio Dreveck, realmente estamos tratando da admissibilidade, depois teremos alguns debates importantes. E, se fosse hoje a votação, com certeza essas galerias estariam repletas de policiais para fazer com que o projeto fosse aprovado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0059/2015, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Joaçaba.(Escola Municipal Rotary Fritz Lucht)

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0153/2015, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que declara de utilidade pública a Casa dos Açores Ilha de Santa Catarina (Caisc), de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0176/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que altera a Lei n. 12.813, de 2003, que declara de utilidade pública a Fundação Médico Assistencial do Trabalhador Rural de Alfredo Wagner, com sede no município de Alfredo Wagner.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0310/2014, de autoria do deputado Edison Andriano, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Vila Manaus (Amovila), do município de Criciúma.

Ao projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0324/2014, de autoria da deputada Angela Albino, que declara de utilidade pública a Associação Santec de Taekwondo, de Santo Amaro da Imperatriz.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0006/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que dispõe sobre a sinalização de locais inseridos na zona de recarga direta do aquífero Guarani.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transporte e Desenvolvimento Urbano e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

Com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, sr. presidente, deputado Leonel Pavan.

Gostaria de agradecer a atenção que nos foi dada na tramitação da matéria nas três comissões. E quero agradecer, de maneira especial, ao relator, deputado Maurício Eskudlark, que nos tem atendido com prontidão tendo em vista que no próximo dia 5 de junho comemoraremos o Dia Mundial do Meio Ambiente. O projeto de lei trata da sinalização dos locais que são zona de recarga direta do

aquífero Guarani. Trata-se de uma matéria que já apreciamos num outro momento, esta Casa votou, aprovando, mas o governo vetou. Fez-se um novo encaminhamento.

Através deste projeto de lei serão sinalizados 37 pontos que abrangem várias regiões do estado, a região sul, o planalto, a região norte, o planalto norte. E, além da questão turística, serve também, de maneira mais enfática, à questão do cuidado que devemos ter com esse grande bem que é a água subterrânea, uma vez que Santa Catarina detém 50% de água em seu subsolo.

Portanto, peço a compreensão e o apoio de todo o Parlamento para esta matéria.

Muito obrigado, presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0534/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao reitor da UFSC e ao diretor do campus de Blumenau, solicitando informações acerca da transferência da sede provisória para o imóvel alugado e o prazo para a compra do terreno para a construção da sede própria, no bairro Itoupava Central.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0536/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao presidente do Tribunal de Justiça do estado, solicitando informações acerca da sua dotação orçamentária, gastos, previsão de despesas e de contratações e nomeações.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0512/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0513/2015, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0514/2015, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0515/2015 e 0539/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 0516/2015, 0517/2015, 0518/2015, 0519/2015, 0520/2015, 0521/2015, 0522/2015, 0523/2015, 0524/2015, 0525/2015, 0526/2015, 0527/2015, 0528/2015, 0529/2015, 0530/2015 e 0531/2015, de autoria do deputado Patrício Destro; 0532/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0533/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 535/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 537/2015 e 538/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Igualmente, comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações

n.s.: 0428/2015, 0429/2015 e 0430/2015, de autoria do deputado Patrício Destro, e 0431/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Fim das matérias da Ordem do Dia.

Encontra-se à mesa um requerimento assinado pelo deputado Gean Loureiro e demais líderes, solicitando a suspensão desta sessão para a apresentação e lançamento da revista técnica da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina - Fatma. A apresentação seria realizada pelo secretário do Desenvolvimento Econômico Sustentável Carlos Chiodini, mas quem a fará será o presidente da Fatma, Alexandre Waltrick. Salientamos que esta apresentação faz parte das comemorações da Semana do Meio Ambiente realizadas por este Parlamento.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o deputado Leonel Pavan, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sras. deputadas, srs. deputados, assomo esta tribuna em Explicação Pessoal, hoje, para falar um pouco do meu partido, o PSDB.

Neste mês, dia 13, será realizada a convenção estadual do PSDB, e quero aqui ler uma nota:

(Passa a ler.)

"Nós, deputados estaduais do PSDB Leonel Pavan, Serafim Venzon e Marcos Vieira, com o apoio dos ex-deputados Gilmar Knaesel e Dóia Guglielmi (que é o primeiro suplente, e espero que tenha a oportunidade de retornar a esta Casa), assinamos na tarde de quarta-feira(27), o pedido de registro da chapa Renovação e Democracia para a disputa da convenção estadual do partido prevista para o dia 13 de junho."

Vale ressaltar que apenas assinamos a chapa Renovação e Democracia porque não foi aceito o pedido da bancada dos deputados estaduais feito numa reunião da executiva em que propomos uma chapa única para o diretório em nosso estado.

A grande parte das lideranças do partido quer manter a proposta da formação de uma chapa de consenso. Nós, os prefeitos, os vereadores, os deputados estaduais, queremos que ainda haja um consenso, torcemos para que possamos ter uma chapa única do dia 13 deste mês.

A nossa proposta apresentada na executiva do partido não foi aceita e isso direcionou a composição de outra chapa. Numa proposta de chapa única, devem-se criar critérios. E os critérios seriam, mais ou menos, os mesmos que elegeram o antigo diretório, que levou o nosso querido senador da República, que foi candidato a governador, à presidência do PSDB. Os critérios seriam mais ou menos iguais ou seriam colocados novos critérios.

Mas o que nós queremos, trabalhamos e ainda torcemos é para que haja um consenso. Falo isso desta tribuna porque hoje a mídia estadual traz inúmeras notícias, pensamentos e palavras de lideranças do nosso partido em Santa Catarina.

Mas quero que fique registrado nos anais desta Casa, e que sirva para qualquer

pesquisa que for necessária do meu partido em Santa Catarina e no Brasil, que nós reivindicamos uma chapa única, e continuamos ainda reivindicando. E apelamos pela sensibilidade dos líderes, daqueles que estão formando chapas de um lado e de outro, para que se forme chapa única.

Consultei o deputado Marcos Vieira e ele nos disse que tem o mesmo pensamento que teve no começo quando levamos na executiva a proposta de compor um único diretório do PSDB. São normais esses entraves, essas discussões nos partidos políticos nos dias de eleição, até nas convenções, na formação dos diretórios, na formação das executivas. O saudoso Ulysses Guimarães dizia: "Eleição na terra, tempo de guerra". Nós não queremos guerrear, o que queremos é encontrar um caminho.

Não faço parte da Executiva, mas quero deixar registrado nesta Casa, que nós, deputados da bancada do PSDB na Assembleia Legislativa, estamos apelando à executiva atual por uma chapa de consenso. E depois do diretório eleito que se escolha a nova executiva. Podem eleger cargos diferenciados, eleger o secretário numa disputa, eleger o vice-presidente numa disputa, ou não. Na verdade queremos que o PSDB não saia fragilizado dessa disputa que deverá ocorrer no dia 13.

Temos ouvido algumas lideranças do partido no estado de Santa Catarina, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, e temos dado respostas e mostrado a eles o documento que encaminhamos. Acho que ainda há tempo de repensar, porque nós, que pertencemos a partidos políticos, temos uma missão, que é fazer o melhor para a sociedade. Se não houver entendimento pelo menos na formação do diretório, desentendimentos poderão ocorrer em outras ações importantes para os municípios, para os estados e para o Brasil.

Eu não lembro, enfim, se algum outro partido em Santa Catarina já disputou o diretório. Disputar a executiva é normal, disputar a presidência é normal, mas formar dois diretórios seria como dividir lideranças, e infelizmente muitas lideranças do nosso partido não estão assinando em nenhuma das chapas.

Lideranças como o senador Dalírio Beber, como o prefeito de Blumenau, Napoleão Bernardes, uma das maiores cidades deste estado, não concordam com essa questão, com esse entrave que está ocorrendo neste momento. E deixo aqui registrado o pensamento da bancada do PSDB. Nós estamos apelando pelo consenso, porque temos que dar exemplo. O consenso, com certeza, fará com que o PSDB possa continuar unido e buscar os espaços que tanto desejamos para fazer projetos e ajudar a melhorar a vida das pessoas.

Este é o registro que deixo às lideranças do partido, aqueles que estão envolvidos no processo, no sentido de que busquem o caminho da unidade e que sejam sensíveis aos apelos que seguidamente realizamos, tanto pessoalmente, como também em público.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Na sequência, com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e todas as pessoas que nos acompanham.

Quero, nesta Semana do Meio Ambiente, trazer a esta tribuna também uma contribuição no debate sobre o tema energia renovável, que com certeza está relacionado à produção de energia, ao crescimento da renda da população brasileira. O aumento do consumo de energia impacta muito a questão ambiental. Então, discutir sobre energia renovável é para nós um grande desafio.

Ontem, inclusive, foi realizado na Fiesc um debate promovido pelo Instituto Ideal, com a participação do nosso amigo Mauro Passos, que vem provocando grandes debates e trazendo grandes contribuições. Nesta Casa, já por cinco vezes realizou o evento Sustentar, que discute todo o tema da energia renovável, e no ano passado incluímos ao texto a questão do consumo responsável.

Eu quero ler um texto, e vou fazer uma síntese do que estamos debatendo para a apresentação de um projeto de lei nesta Casa.

(Passa a ler.)

"Se todas as casas do Brasil gerassem energia solar, o país seria capaz de suprir 2,3 vezes toda a sua demanda residencial por eletricidade, e ainda criaria emprego e renda, reduziria o risco de apagões, evitaria impactos ambientais e sociais de hidrelétricas e de energias poluentes, como é o caso das usinas termelétricas movidas a combustíveis fósseis.

O Brasil é um país altamente privilegiado por possuir níveis de radiação solar elevados, muito superiores ao de países que já registram grande produção de energia solar, como é o caso da Alemanha, Espanha, Estados Unidos e Japão.

Entendemos que é estratégico para o país e para Santa Catarina assumir um papel protagonista no fomento à microgeração de energia, tornando acessível e atrativo ao indivíduo transformar o telhado de sua casa em fonte de geração de eletricidade.

O Instituto Datafolha ouviu recentemente 2.100 pessoas em todas as regiões do país sobre a questão ambiental; 95% dos cidadãos acham que as mudanças climáticas já estão afetando o Brasil e 71% dos entrevistados disseram que instalariam painéis solares em casa se tivessem uma linha de crédito com juros baixos.

É neste contexto, na semana em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, que estou protocolando o Projeto de Lei n. 0198/2015, que estabelece condições gerais para isenção do ICMS da energia gerada por equipamentos de microgeração e minigeração de energia elétrica, como as energias solar ou eólica, cujo excedente produzido é colocado na rede elétrica pública de abastecimento. A nossa proposta também cria as condições para que o governo do estado isente de ICMS os componentes e equipamentos utilizados para microgeração de eletricidade, a exemplo dos painéis solares.

O objetivo é viabilizar o barateamento dos equipamentos e garantir um retorno mais rápido do investimento que hoje varia entre R\$ 20 mil e R\$ 30 mil para uma residência de porte médio. A redução dos custos pode chegar a 20%.

A produção de energia solar vem crescendo no país. O principal impulso se deu com a Resolução n. 482, da Agência Nacional de Energia Elétrica, publicada em 2012, que autorizou as empresas concessionárias e

distribuidoras de energia elétrica a absorverem a energia elétrica produzida de sistemas particulares de microgeração. A resolução estabelece que cada cidadão brasileiro ou empresa poderá ter em seu telhado uma usina fotovoltaica produzindo eletricidade para consumo próprio e colocando excedente na rede pública.

Ao exportar eletricidade, o proprietário do sistema de microgeração recebe um crédito de energia que é a diferença entre o que ele consumiu do sistema e o que ele gerou. Esse crédito pode ser utilizado posteriormente como desconto na conta de eletricidade do próximo mês, podendo também ser acumulado em meses posteriores caso não seja utilizado.

Neste processo, outro obstáculo que precisa ser resolvido é a cobrança do ICMS da energia elétrica. Hoje o imposto está sendo cobrado duas vezes pelo governo do estado, incidindo sobre a energia gerada pelo sistema de microgeração a energia consumida da rede. Nosso projeto isenta a cobrança do imposto da microgeração. A medida já vem sendo realizada pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Pernambuco. A isenção também foi já foi autorizada pelo Conselho Nacional de Políticas Fazendárias (Confaz) em reunião realizada no final do mês passado.

Senhores e senhoras, como podem observar, o objetivo do Projeto de Lei n.198 é retirar barreiras em prol da geração sustentável de energia elétrica. Por isso peço o apoio para aprovação desta matéria. Santa Catarina não pode ficar atrás de outros estados, o Brasil não pode ficar atrás de outras nações.

A Alemanha, por exemplo, vai desativar todas as suas 17 usinas nucleares que geravam energia elétrica até 2022 e foca recursos na geração sustentável e segura de eletricidade. O país Europeu já conta com um milhão de telhados de produção de energia solar, que funciona como usinas elétricas. Nos Estados Unidos, já são mais de 500 mil famílias e telhados equipados com fotovoltaicas.

Aqui no Brasil o governo federal tem apostado forte na geração de energia solar. A empresa de pesquisa energética anunciou o credenciamento de 382 projetos de usinas solares de grande porte, a exemplo de a usina solar que a Eletrosul e a Tractebel construíram em Tubarão, para o leilão que será realizado no próximo dia 14 de agosto.

O governo quer comprar 12.528 megawatts provenientes da energia solar. O valor é superior ao que vai ser gerado pela usina hidrelétrica de Belo Monte, que está sendo construída no Pará, com a produção prevista de 11.000 megawatts. O primeiro leilão de energia fotovoltaica foi realizado em outubro do ano passado, com comercialização de 890 MW.

A construção de grandes usinas solares é importantíssima para autossuficiência do país e também do ponto de vista ambiental. Mas nosso foco é o apoio à autogeração de eletricidade por meio dessa matriz energética.

Queremos democratizar o setor energético, passando de uma atividade centralizada e de exclusividade de grandes e médios grupos empresariais para uma atividade também compartilhada com indivíduos que querem assumir o papel de microgeradores de energia elétrica, produzindo para seu próprio

consumo o excedente no sistema de distribuição, diminuindo os riscos de apagões e tornando o sistema energético mais robusto.

Como já disse aqui o sol brilha mais e essa radiação precisa impulsionar o nosso desenvolvimento sustentável. Para que ocorra de fato uma grande inserção da energia solar na nossa matriz energética é necessária uma política de incentivo fiscal. É isso que estamos propondo com o nosso projeto. Queremos diminuir os custos, incentivar investimentos e desenvolvimento de tecnologias. Quem sabe em um futuro breve os telhados de residências dos catarinenses vão gerar a luz do crescimento do nosso estado. Energia limpa em prol do meio ambiente preservado."[sic]

Sr. deputado Sílvio Dreveck, v.exa. por vários momentos contribuiu, na presidência da comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia, depois o deputado José Milton Scheffer, na realização dos cinco eventos do Sustentar, que culminou também na criação da FCTER, que hoje está trabalhando não só em Santa Catarina, mas no Brasil, em várias experiências de energias renováveis.

Hoje com a criação do Fórum Parlamentar, que tem o deputado Ismael dos Santos como presidente e este deputado como vice-presidente, queremos nesta Casa provocar grandes debates, grandes discussões sobre o papel público, o papel do estado no incentivo às tecnologias, mas também no sentido da sociedade discutir a redução do consumo de energia, de como a sociedade pode também ajudar na conscientização da redução do consumo de energia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda em Explicação Pessoal, com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, queria falar de um assunto bastante importante, bastante sério, a segurança pública e a Polícia Civil do estado de Santa Catarina.

Hoje, o jornal *Notícias do Dia*, na coluna de Hélio Costa, diz assim:

"Atentado à delegacia. Investigação perfeita sobre o atentado à 2ª DP de São José em 2013 foi fundamental para a Justiça condenar três homens e uma mulher responsáveis pelo ataque. O mandante pegou 18 anos, e os demais dez anos cada um.

O delegado José Manoel Galeno descobriu que a ordem veio do presídio de Florianópolis em retaliação às apreensões de drogas e às prisões de traficantes notáveis da região da avenida das Torres.

Na madrugada do ataque, um carro com três pessoas passou em frente à DP, e os ocupantes mandaram chumbo. Dois policiais de plantão se jogaram no chão para não serem atingidos. A equipe do delegado Galeno foi para cima e em menos de um mês colocou os três na cadeia."

No fim da reportagem o jornalista Hélio Costa faz o seu comentário tradicional: "É por isso que eu sempre escrevo aqui e falo na RICTV Record: deixem a tiragem trabalhar, deixem a tiragem ir para as ruas que ela dá resultado."

Realmente dá resultado a atuação da Polícia Civil. É uma atuação importante. Hoje, na maioria dos flagrantes, até dos crimes

graves e principalmente dos crimes de menor potencial a Polícia Militar que está na rua, logo em seguida ao crime, é informada, autua. Quando se trata de um crime mais grave, um homicídio, quando é encontrado um corpo no local, a Polícia Militar passa o caso para a Polícia Civil, que começa uma investigação, muitas vezes demorada. Então, nos crimes de menor potencial ofensivo há essa prisão imediata. E os crimes mais graves muitas vezes ficam sem investigação pela falta de estrutura da Polícia Civil.

O governador Raimundo Colombo logo que assumiu fez a maior nomeação de policiais civis em Santa Catarina. Houve a nomeação de 512 novos policiais civis, aprovados em um concurso anterior, o maior concurso que havia sido realizado na Polícia Civil. Mesmo com aquelas nomeações que vieram do governo anterior de Luiz Henrique da Silveira e de Leonel Pavan, o número de policiais ainda é deficitário.

Em 2009, fizemos um plano de carreira na Polícia Civil e foi estudado o que seria o mínimo ideal de policiais naquele momento para a Polícia Civil funcionar. E esse projeto estabeleceu o número de 5.997 policiais. Faltavam três policiais para o total de 6.000 policiais. O objetivo era ter um quadro mínimo para cada delegacia a fim de que pudesse atender bem a população. Então, o ideal mínimo era 6.000 policiais.

Hoje a Polícia Civil tem em torno de 3.000 policiais trabalhando. Nós sabemos do empenho do delegado-geral Artur Nitz, do delegado-geral adjunto Marcos Flávio Ghizoni, que foi diretor da Academia de Polícia e trabalhou no concurso. Sabemos também do empenho do secretário de Segurança Pública, César Augusto Grubba. E agora concluído todo o processo desse concurso, temos hoje, segundo a Polícia Civil, condições de nomear 768 novos policiais civis, entre agentes, delegados, escrivães e psicólogos.

Havendo essas nomeações, vamos ficar próximos ao número que dá condições de reativar com determinação o trabalho que a Polícia Civil tem feito.

Hoje, há muitas aposentadorias em andamento, e até conversamos com o delegado Ghizoni, que encaminhou esse pedido junto com o delegado-geral Artur Nitz ao secretário César Grubba. E isso é reposição, não é recomposição. Trata-se apenas de repor as vagas deixadas por aposentadoria.

Então, hoje nós vemos várias delegacias sem condições de ter um plantão integral, sem condições de ter uma investigação, tendo dificuldade até para o registro do BO. Em São José, depois das 18h, só permanece com plantão a Central de Polícia de São José, com delegado, escrivão e agentes para fazer o registro das ocorrências e o atendimento nos crimes graves. Quando há um roubo, um latrocínio, um homicídio é preciso que a equipe da Civil vá ao local. Normalmente a Polícia Militar é a primeira a ser chamada. Se for caso de flagrante, de perseguição, a Polícia Militar faz esse trabalho, mas a Polícia Civil, através da perícia, tem que fazer o levantamento do local, instaurar o inquérito policial, iniciar as investigações. Faz-se o levantamento; abre-se o inquérito e a investigação.

Os presídios estão lotados. Como disse o Hélio Costa, em um mês foi levantada

essa investigação do atentado contra o DP. Os autores foram identificados, o fato foi esclarecido e hoje já há condenação desses marginais. A impunidade, a não identificação dos autores dos crimes leva ao aumento da criminalidade. Se o marginal que pratica um atentado não for preso, continuará praticando roubos. Então, quando é feita uma prisão, quando se tira de circulação um autor de roubo, crime, homicídio, está-se reduzindo a criminalidade, porque esse marginal deixa de praticar outros roubos e crimes.

É importante que tenhamos uma investigação eficaz, competente como faz a Polícia Civil de Santa Catarina. Parece-me que o secretário da Segurança já encaminhou esse pedido ao grupo gestor. Nós precisamos ter um convencimento, e sabemos que há uma preocupação do governo, do grupo gestor, do secretário da Fazenda com a questão do limite prudencial, que está no limite que pode chegar. Mas a própria Lei de Responsabilidade Fiscal excetua quando é para reposição, ou seja, para repor um servidor que se aposentou, que saiu, para os casos da Saúde e da Segurança.

Sabemos que o grupo gestor vai se preocupar com a parte financeira, mas também terá preocupação com a responsabilidade social para com a sociedade catarinense, pelo trabalho que é desenvolvido na Segurança Pública, pela sua importância para o estado de Santa Catarina, e teremos logo, sim, a nomeação desses policiais.

Se não der, de imediato, para nomear os 768 policiais, que seja feita a nomeação em partes. Sendo assim, o governador Raimundo Colombo, que já fez a maior nomeação de policiais civis da história de Santa Catarina num ato apenas, com essa nova nomeação, será o governador que fez durante o seu governo a inclusão do maior número de policiais civis na história do estado.

É importante que o Grupo Gestor tenha essa sensibilidade. Os aprovados estão esperando. Muitos deixaram os empregos, já estão se preparando para assumir, pela vocação, pela vontade e pela necessidade que o estado tem. É necessário que haja o atendimento desse pedido para a nomeação dos policiais civis aprovados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sílvio Dreveck, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente, deputado Valmir Comin, assomo a tribuna nesta tarde para tratar de um assunto que por inúmeras vezes já abordei, infraestrutura brasileira, assunto que v.exa. também tem trazido a esta tribuna, por conta da problemática energética, das rodovias, ferrovias, portos.

Dias atrás fiz aqui uma manifestação, dizendo que o governo, na minha avaliação, tem apenas uma saída, ou seja, fazer as concessões de toda a infraestrutura com agências reguladoras que funcionem de fato. Passamos a última década praticamente sem avanço nas concessões, até porque havia o entendimento de que a infraestrutura era de responsabilidade da União, por algumas razões ideológicas, e respeito essas posições. Entendo quem defende isso, mas é preciso defender e fazer. E a União não tem condições

de fazer esses investimentos porque está devendo muito, a começar pela saúde, que está um caos.

Temos debatido aqui, inúmeras vezes, a falta de recursos na saúde, a falta de atualização na tabela SUS, a segurança no país, uma educação de qualidade. Esse tripé - saúde, educação e segurança - é de responsabilidade maior do governo federal, e as obras de infraestrutura, incluindo a matriz energética, são ações para o setor privado executar, fazendo com mais celeridade, agilidade, segurança e com agências reguladoras que funcionem, com tarifas possíveis de pagar pelo usuário.

Há poucos dias, fiquei bastante otimista com a manifestação da presidenta Dilma Rousseff na direção de fazer esses investimentos na infraestrutura brasileira, mas parece que vamos ter que esperar mais um pouco porque a situação econômica e financeira do Brasil não é das melhores, para não dizer que é bastante crítica. E, ao mesmo tempo, li hoje na Folha de S. Paulo: Empreiteiras levam ceticismo sobre pacote de concessões a Dilma.

Obviamente, há certo exagero. Mas, a matéria diz o seguinte:

(Passa a ler.)

“Em reunião com empresários, o governo Dilma ouviu que o pacote de concessões terá de conter regras que evitem investimentos pesados nos primeiros anos, para que os projetos tenham viabilidade econômica.

Segundo executivos ouvidos pela *Folha*, o atual cenário de retração da economia, a escassez de crédito e concessões pouco atrativas não permitem planos que exijam grande gasto na fase inicial.”[sic]

O que quer dizer isso? Como o próprio BNDES tem as suas linhas de crédito limitadas, as empresas até aceitam e querem participar das concessões, mas querem um prazo maior para iniciativas como a duplicação de uma rodovia daqui a dois anos, por exemplo, em 2017. Enfim, o assunto está em debate e é importante para a sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, o governo tem que pensar em redução de alguns tipos de impostos para

compensar essas concessões, e a população usuária também pagará por isso.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não. V.Exa. é um guerreiro e mantém-se aqui, no plenário, até o final das sessões.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Silvio Drevreck, quero parabenizá-lo. O desafio da infraestrutura brasileira talvez seja um dos maiores debates de hoje. Mas não há recursos para tudo, a demanda é muito grande. Há a questão da política social. O país precisa investir para matar a fome de pessoas e, por outro lado, são necessários grandes investimentos em infraestrutura, ferrovias, metrô de alta velocidade.

Estávamos debatendo isso na semana passada ainda, o setor empresarial no Brasil quer primeiro as coisas prontas. O governo faz a rodovia, o aeroporto e depois faz a concessão. Nós temos em outros países a experiência de que os próprios empresários contribuem na construção. Aí é diferente. Os nossos empresários esperam tudo pronto. Então, precisamos também mudar essa consciência no Brasil. Nós precisamos ter esse cuidado.

Não sou contra as concessões, acho que em alguns setores pode haver a concessão. Agora, sou contra a privatização, porque aí o estado se desfaz de um bem público, que é da sociedade, e entrega para a iniciativa privada totalmente. A concessão não é assim, ocorre por um período e depois volta a ser público. Não tenho divergências no sentido de que nós precisamos construir um processo no país de acordo entre empresários e governo para a realização de algumas obras públicas, como por exemplo, o metrô São Paulo - Rio de Janeiro. Já houve três licitações e não se chegou a uma empresa para construir a obra. Como eu disse, eles querem a obra pronta para depois apenas explorar, mantê-la. Aí é muito fácil.

Precisamos discutir melhor essa questão do investimento de recursos privados, e não haver apenas o investimento de recursos públicos.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Eu agradeço e incorporo a sua manifestação ao meu pronunciamento. De fato, v.exa. tem razão nessa questão de que a obra tem que ser executada também pelo setor privado e de que o modelo de concessão é diferente de privatização, ou seja, o governo tem o controle e por isso pode manter a tarifa, fiscalizar.

O problema é que as nossas agências, deputado Dirceu Dresch, deixam a desejar. Não é uma crítica a ninguém, mas é uma constatação. Talvez no Brasil ainda não tenhamos essa filosofia de trabalho nas agências, que deixam muito a desejar, tanto a ANTT como outras. No caso, aqui, da BR-101, com relação ao contorno da grande Florianópolis, a agência também foi conivente.

Então, de fato, isso tem que ser muito debatido. Já é um bom sinal que esse assunto venha sendo debatido para melhorarmos a infraestrutura brasileira, que é necessária e indispensável para o Brasil se tornar mais competitivo. Um dos grandes problemas da indústria brasileira é não ser competitiva. Isso ocorre porque a nossa infraestrutura tem um custo elevadíssimo, aliado à carga tributária alta no país.

Precisamos praticar um modelo diferente, que seria esse de concessões na infraestrutura, pois permitiria que os produtos de um modo geral, principalmente os manufaturados pudessem chegar por um preço competitivo nas exportações em especial.

Muito obrigado, desejo a todos um bom final de semana.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Muito obrigado, deputado Silvio Drevreck.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para segunda-feira, às 19h, em homenagem ao Instituto Parati, responsável pelos Projetos Bom de Bola e Bom de Ler.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 012ª SESSÃO ESPECIAL

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2015, EM HOMENAGEM AO

INSTITUTO PARATI, RESPONSÁVEL PELOS PROJETOS BOM DE BOLA E

BOM DE LER

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor deputado estadual e proponente da sessão especial, Valdir Cobalchini;

Excelentíssimo senhor secretário adjunto da secretaria de estado de Turismo, Cultura e Esporte, Jaime José Mora, neste ato representando o excelentíssimo senhor governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo;

Excelentíssimo senhor secretário de estado da Infraestrutura, João Carlos Ecker;

Senhor diretor de Esporte da Fesporte, Luciano Nilzo Heck, neste ato repre-

sentando o excelentíssimo senhor presidente da Fundação Catarinense de Esporte, Marcelo Kowalski;

Senhora Marilú Fantin, representando neste ato a senhora Marisa Fantin, vice-presidente do Instituto Parati;

Senhor José Paulo Teixeira, responsável pelo projeto Bom de Ler;

Senhor Luiz Carlos Fraga, responsável pelo projeto Bom de Bola.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão em homenagem ao Instituto Parati, responsável pelos projetos Bom de Bola” e Bom de Ler, foi convocada por solicitação do sr. deputado Valdir Cobalchini e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Registramos a presença das seguintes autoridades:

Senhor Valdir Mendes, presidente da Academia de Letras do Brasil;

Senhora Maria Terezinha Debatin, presidente da Fundação Catarinense de Cultura;

Senhor Jackes Martinho Heck, gerente de Qualidade de Vida do Sesi, neste ato representando o presidente da Fiesc, senhor Glauco José Côrte;

Senhor Miguel Acir Colzani, diretor-geral do IGP;

Senhor Carlos Stegemann, diretor da Associação Catarinense de Imprensa;

Senhora Sandra Maria Raimundo, assessora parlamentar, neste ato representando o excelentíssimo senhor deputado estadual Gean Loureiro;

Senhora Claudete Terezinha da Mata, presidente fundadora da Academia Brasileira de Contadores de Histórias;

Senhor Amaro Júnior, presidente do Clube de Futebol Guarani, de Palhoça;

Senhora Inês Carmelita Lohn, assessora de Comunicação da Academia de Letras do Brasil - seccional Santa Catarina.

Dando continuidade à sessão, neste momento teremos a apresentação de um vídeo institucional.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

É tradição desta Casa que o deputado proponente presida a sessão especial, no caso o deputado Valdir Cobalchini, a quem, logo em seguida, vou passar a Presidência desta sessão.

Mas fiz questão de fazer esta abertura em homenagem, primeiramente, ao seu Ângelo Fantin, que é um antigo amigo de muitas atividades, ainda no tempo da Facisc e da associação comercial de São Lourenço do Oeste. E quando vi o fruto do seu trabalho sendo homenageado justamente pelo deputado Valdir Cobalchini, e a quem quero cumprimentar pela iniciativa, fiz questão de pedir que, em nome da sua filha, Marilú, leve um abraço ao seu Ângelo, à sua esposa e a toda família Parati.

Da mesma forma, ao querido amigo Luiz Carlos Fraga, que, na verdade, é Fraga, conhecido de longo tempo e que também há muito tempo pilota esse belíssimo projeto.

Quero reconhecer a importância do projeto que a Parati idealizou para os jovens, para as crianças, pelo exemplo e incentivo que traz a todos aqueles que participaram e aos que desejam participar. Tão boa quanto o resultado dos que já participam, é a expectativa que ele cria em tantas outras crianças que, pelo exemplo e resultado, acabam se incentivando pelo esporte, encontrando um caminho que passa pelo estudo, pela qualidade de vida e por ser um cidadão de bem no futuro.

Por isso, parabéns pela belíssima iniciativa. Esta Casa sente-se orgulhosa de homenageá-los.

Leve um abraço pessoal ao seu pai, que é um grande amigo de longa data.

Convido para compor a mesa o nosso conselheiro Wilson Wan-Dall, que representa o Tribunal de Contas do Estado nesta sessão especial.

O deputado Valdir Cobalchini, a partir deste momento, irá presidir a sessão.

Muito obrigado e boa-noite a todos!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Cobalchini) - Muito boa-noite a todos!

Quero cumprimentar os componentes da mesa numa sessão que reputo muito importante, pela sua simbologia. Poderíamos estar homenageando aqui a grande empresa, uma das maiores do seu segmento, senão a maior do país. Ela é, sem dúvida, a mais importante da minha cidade, uma empresa que vi nascer em São Lourenço do Oeste e que é importante para o nosso oeste, Santa Catarina e o país.

Mas buscamos, através da empresa Parati, dois grandes programas. A empresa que cumpre a sua finalidade quando emprega mais de três mil colaboradores, gerando divisas para o nosso estado e país, vai além. E por isso que, por conhecer de perto, e, não apenas como lourenciano, mas também como presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto da Assembleia Legislativa, entendi de justiça que propusesse uma sessão especial, como já foi dito pelo presidente Gelson Merisio, aprovada por unanimidade pelos 40 deputados.

Quero fazer um registro. Além de contarmos com a presença do conselheiro Wilson Wan-Dall, que representa o Tribunal de Contas; da Marilú, representando o seu pai, seu Ângelo, e a sua mãe, dona Ida, conhecidos amigos de longa data, também contamos com a presença de um lourenciano, como eu, João Carlos Ecker, secretário de Infraestrutura do estado. Eu, como secretário, tive a ousadia de propor ao governador que ele assumisse o meu posto. E não ficou apenas na interinidade, hoje é ele o secretário de Infraestrutura e está honrando, por certo, as tradições e a gente lourenciana, do oeste de Santa Catarina.

Eu quero, igualmente, agradecer a presença do representante do governador do estado, o secretário adjunto da secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, Jaime José Mora.

(Passa a ler.)

“Queridas senhoras e senhoras, boa-noite a todos!

Lendo uma revista editada pelo Instituto Parati, sobre seus projetos sociais, eu me deparei com a seguinte indagação: com quantos exemplos se faz uma história?”

E aproveito também este momento para cumprimentar a nossa querida presidente da Fundação Catarinense de Cultura, Maria Terezinha Debatin.

(Continua lendo.)

“A frase combinou com o que eu pensava em dizer esta noite, pois o que me levou a propor esta homenagem foi o reconhecimento do exemplo que construiu, e constrói, essa bela história do Grupo Parati e do seu Instituto que lidera estes dois grandes e importantes projetos: o Bom de Bola e o Bom de Ler.

Essa homenagem reconhece o exemplo do empresário Ângelo Fantin, que no distante final da década de 40, buscando novas perspectivas para a sua vida, deixou a

Itália e emigrou para o Brasil. Aqui fez a sua história. Casou-se com dona Ida Libardoni Fantin e juntos construíram uma bela família e um grande empreendimento industrial que orgulha a cidade de São Lourenço do Oeste, em Santa Catarina, Brasil.

Hoje, a Parati é detentora de mais de 70 títulos de excelência nas convenções de supermercadistas. Conta com um time de 3.500 empregados e colaboradores, 36 linhas de produção em 85.000m² de área construída. A Parati produz e vende em torno de 100 mil toneladas de alimentos por ano.

O seu exemplo vai mais longe, quando decide patrocinar e organizar o projeto Moleque Bom de Bola, dando oportunidade a meninos e meninas através do futebol.

Hoje, a competição organizada pelo Instituto Parati e Fesporte, com apoio da RBS TV, reúne anualmente cerca de 100 mil adolescentes, meninos e meninas, dos três estados do sul do Brasil. Eu imagino que toda a família Parati deve ficar muito feliz quando vê jogadores como Marquinhos e Eduardo Costa, hoje defendendo o nosso Avaí aqui em Florianópolis, na Série A do Campeonato Brasileiro, sabendo que eles iniciaram os seus primeiros passos no mundo da bola lá no projeto Moleque Bom de Bola.

Ontem, no amistoso entre Brasil e México, lá estava o catarinense Felipe Luís, titular da Seleção Brasileira. Saber que ele também já disputou o projeto Moleque Bom de Bola deve orgulhar muito a família Parati.

Esses são apenas três exemplos de tantos craques que hoje atuam nos mais diversos campeonatos pelo Brasil e pelo mundo.

O resultado de uma iniciativa é que produz o exemplo que faz a história. E o resultado dessa iniciativa do Instituto Parati serve de exemplo para que outras empresas, outras organizações também invistam no futuro de nossos meninos e meninas. É este exemplo que leva a Assembleia Legislativa de Santa Catarina a fazer hoje esta homenagem.

Realizado desde 1995, o projeto Bom de Bola é um campeonato escolar de futebol para alunos de 12 anos a 14 anos, matriculados nas escolas públicas ou particulares, e que acontece nos três estados do sul. As atividades promovem o espírito de equipe e o respeito mútuo entre os participantes, sem deixar a competição transformar-se em ambiente de animosidade.

Além do projeto Bom de Bola, o Instituto Parati também desenvolve o projeto Bom de Ler, projeto este que foi criado para incentivar nas crianças e nos jovens o hábito da leitura, da poesia e da filosofia. O projeto desperta o interesse pelos livros e conteúdos educacionais e artísticos, possibilitando a descoberta de autores e artistas brasileiros. Dois belos exemplos de ações que engrandecem uma marca como a Parati, e trazem satisfação pessoal a seus idealizadores.

Por isso, ao finalizar, quero, mais uma vez, cumprimentar a família Fantin, toda a direção e os colaboradores da Parati, os diretores e colaboradores do Instituto Parati, os parceiros na organização dos projetos, e dizer que esses exemplos estão construindo uma bela história não apenas para São Lourenço do Oeste, mas para Santa Catarina e para o país.”

Boa-noite a todos!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Neste momento, convido a mestre-de-cerimônias, Soraia Boabaid, para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Boa-noite!

Neste momento, o Poder Legislativo Catarinense, em sessão especial, presta uma homenagem ao Instituto Parati, uma instituição educadora, criadora dos projetos Bom de Bola e Bom de Ler, que busca promover a cultura da paz no esporte e na vida, apoiando e capacitando jovens e educadores sociais, motivo de orgulho para o estado de Santa Catarina.

Convido o sr. deputado Valdir Cobalchini para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem a sra. Marilú Fantin, representante do Instituto Parati.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Solicito que a sra. Marilú Fantin permaneça no local para receber as demais homenagens.

Neste momento, a sra. Marilú Fantin recebe a homenagem representando a sua mãe, sra. Ida Libardoni Fantin, presidente do Instituto Parati.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir, a sra. Marilú Fantin recebe a homenagem representando neste ato a equipe da instituição homenageada.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade à solenidade, o Poder Legislativo Catarinense presta uma homenagem a personalidades e entidades que muito contribuíram para o sucesso dos projetos Bom de Bola e Bom de Ler.

Convido para receber a homenagem o sr. diretor Nairo Garbin, neste ato representando o presidente da empresa Parati, sr. Mauro Fantin.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. José Paulo Teixeira, responsável pelo projeto Bom de Ler.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Solicito que o sr. José Paulo Teixeira permaneça no local para receber mais uma homenagem.

A seguir, o Poder Legislativo catarinense aplaude e reconhece a iniciativa do projeto do Instituto Parati na criação do projeto Bom de Ler.

Convido para receber a homenagem o sr. José Paulo Teixeira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Luiz Carlos Fraga, responsável pelo projeto Bom de Bola.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Solicito que o sr. Luiz Carlos Fraga permaneça no local para receber mais uma homenagem.

A seguir, o Poder Legislativo catarinense aplaude e reconhece a iniciativa do Instituto Parati na criação do projeto Bom de Bola.

Para receber a homenagem, convido o sr. Luiz Carlos Fraga.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Luciano Nilzo Heck, diretor de Esporte, neste ato representando o sr. Marcelo Kowalsky, presidente da Fundação Catarinense de Esporte - Fesporte -, parceira do projeto Bom de Bola.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Lorena Peter de Almeida, gerente executiva, neste ato representando a RBS TV, parceira do projeto Bom de Bola.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao sr. deputado Valdir Cobalchini.

Esta sessão especial está sendo transmitida ao vivo pela TVAL, através dos canais ao cabo; pela *Internet*, através do *site* da Assembleia Legislativa, e pela Rádio Alesc Digital para todo o estado, menos para a capital.

Ao longo desta semana, esta sessão será reprisada na programação da TVAL.

Boa-noite!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Cobalchini) - Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o sr. José Paulo Teixeira.

O SR. JOSÉ PAULO TEIXEIRA - Boa-noite a todos!

Muito obrigado pela presença! É uma alegria muito grande reencontrá-los tão rapidamente! Nós nos encontramos na semana passada, e hoje encontramos novamente tantos amigos, parceiros, todo o time do Bom de Bola campeão. Muito obrigado por terem vindo! Fico feliz que os nossos vizinhos na Palhoça e a base do Guarani, o Bom de Bola, estejam aqui. É uma alegria muito grande! Parabéns a toda equipe do time do Guarani e do Bom de Bola, e aos professores!

Eu gostaria de agradecer, imensamente, a presença de todos os parceiros ao longo desses anos: a Fesporte, a RBS TV, a Fundação Catarinense de Cultura.

Nós temos uma história que poucos se deram conta. Talvez um dia tenhamos um registro do significado histórico dessas iniciativas do Bom de Bola e do Bom de Ler, que não são exclusividades da Parati.

Quando recebemos, com muita alegria, deputado Valdir Cobalchini, a indicação de homenagem, por sua iniciativa e desta Casa também, ficamos muito honrados e agradecidos pela lembrança, pois foi a primeira vez, em 20 anos, que estamos recebendo uma homenagem tão importante para todos nós que, ao longo desses anos, estamos acompanhando a construção do projeto Bom de Bola em Santa Catarina. E quisemos

compartilhar os anos de realização e as conquistas.

De fato, foi muito importante a participação da Fesporte, da RBS TV, das prefeituras e também a participação gigantesca e enobrecedora do amigo e professor Luis Carlos Fraga, que nos honra muito estar na liderança do Bom de Bola. E digo isso porque acho que o Bom de Bola é esse projeto que, ao longo dos anos, aprendeu a superar as suas próprias dificuldades e os seus limites.

Inicialmente, começou como um projeto de marketing, um projeto de divulgar uma empresa a partir do esporte. E aos poucos, ao longo dos anos, o projeto foi-se transformando na sua finalidade social educativa. E esse processo foi muito importante não somente porque mobiliza cerca de 100 mil crianças todos os anos, mas, sobretudo, porque muitos professores tornaram-se, ao longo desses anos, amigos, colaboradores.

É muito ruim dar uma titularidade para os protagonistas do Bom de Bola, porque acho que ele é um projeto da educação de Santa Catarina e da sociedade deste nosso estado.

Eu penso que é o maior programa de prevenção à situação de risco, violência e conflito com a lei existente no Brasil. Não há um projeto igual ao Bom de Bola no país e por isso que ele é importante.

É muito interessante e eu, que estou acompanhando o projeto nesses anos todos, sei quantas coisas ainda poderemos fazer com o nosso Bom de Bola: tantas mudanças, tantas participações, tantas campanhas educativas.

Eu fico imaginando o potencial do Bom de Bola, por exemplo, numa campanha contra o *bullying*, a violência e o desrespeito aos professores dentro das escolas.

Então, o Bom de Bola, como mobiliza tanta gente, pode ser uma grande força da educação do próprio jovem.

Agora, é importante também enfatizarmos, neste momento, que o Bom de Bola nasceu de um jeito e configurou-se como um projeto social educativo. Mas essa é uma decisão muito corajosa e difícil de ser tomada. Eu vou explicar por quê. É muito mais fácil fazer um projeto de marketing de mercado para vender produtos e é muito difícil fazer do esporte um projeto educativo e cultural. O desafio é maior porque daí ultrapassa as nossas capacidades de execução e construção desse projeto.

Para esse projeto se tornar educacional, ele precisa mudar o próprio conceito que temos sobre o esporte no nosso país: o esporte como meio de formação de atletas; o esporte como meio de promover as marcas, os patrocinadores; o esporte para fazer a profissionalização dos nossos atletas; o esporte para a formação do cidadão.

Ora, quando afirmamos o Bom de Bola como um projeto escolar de futebol, estamos fazendo alguma coisa que não é apenas mais um projeto de ocupação do tempo livre para jogar bola. Nós estamos afirmando que o esporte é escolar antes de ser rendimento, antes de ser mercado, antes de revelar craques. Como acentuamos o caráter escolar do Bom de Bola, estamos colocando a escola no coração do projeto da educação, a escola e a educação no coração da democracia.

A escola vive, hoje, talvez um dos maiores desafios na história do nosso país,

seja com o novo Plano Nacional de Educação, seja com as urgentíssimas dificuldades que temos, principalmente na questão do analfabetismo, e que mais ou menos isso está resolvido. Então, são 11 milhões de analfabetos no Brasil. Mas eu estou falando de 130 milhões de brasileiros que vivem, hoje, o analfabetismo funcional. Ou seja, pessoas que já têm o acesso às letras, ao ensino, sabem escrever, e inclusive o seu nome, mas têm muita dificuldade de interpretar, ler e traduzir.

Nos primeiros dez anos do Bom de Bola, quando estávamos lá junto com a Fesporte e com a RBS fazendo aqueles campeonatos - e daí surgiram tantas atletas, revelando tantos craques no Brasil -, começamos a perceber que, além de fazer um projeto de esporte escolar, precisávamos de outro programa. Foi daí que começamos a pensar, em 2005, em criar o Bom de Ler.

No início, fizemos o primeiro Bom de Ler. Depois fizemos uma turma do Bom de Ler no Rio de Janeiro: levamos o pessoal daqui, encontramos o com o pessoal da Roçinha, participamos da Flip, a Festa Literária de Parati.

Quando pensamos, inicialmente, o Bom de Ler, pensamos o Bom de Ler junto com o Bom de Bola, e até fizemos esforços neste sentido: o Bom de Ler e o Bom de Bola serem mais ou menos o mesmo programa. No primeiro ano, já vimos que as dinâmicas, os objetivos, as responsabilidades, a dimensão e o apelo de Bom de Bola eram diferentes do desafio do Bom de Ler. E daí começamos a fazer uma coisa que eu acho que muita gente que está aqui, hoje, e que são parceiras do nosso Bom de Ler, estão percebendo: uma espécie de corpo a corpo com a leitura no nosso estado de Santa Catarina.

Faz oito anos que estamos trabalhando a construção do Bom de Ler. É apenas o início. A perspectiva que temos é que o impacto do Bom de Ler em nosso estado pode ser, e já é, muito maior do que o impacto Bom de Bola. Isso é paradoxo, porque Santa Catarina é um estado bem posicionado no sistema federativo, mas aqui no estado, infelizmente, o nosso indicador de leitura é 1,4 leitor-livro por ano. Este é um indicador inaceitável, do ponto de vista da pujança de Santa Catarina: um leitor que lê um livro e meio por ano está abaixo da média nacional, abaixo do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Então, começamos a construir o Bom de Ler. E sabem o que aconteceu? Mais ou menos 30 mil crianças participaram daquelas estações - temos aqui a Cristina e tantos outros educadores. Fomos ao acampamento dos sem-terra, em Abelardo Luz, e mil crianças participaram do Bom de Ler. Foram três dias e essas crianças que deram depoimentos são daquele acampamento.

Daí começamos a perceber um apelo, uma necessidade, uma dimensão incrível de vontade dos professores, como se fosse um pedido ajuda: "Façam alguma coisa nessa questão da leitura, porque não sabemos como formar os nossos leitores, não sabemos mais como trabalhar as dificuldades do próprio exercício da nossa função de professor". E começamos a perceber, mapeando as bibliotecas e os laboratórios, que Santa Catarina precisa reverter essa situação, porque, do ponto de vista das condições de ensino normal, comparativo a outros estados, estamos bem posicionados, mas, do ponto de vista da

leitura e da interpretação, estamos ainda com um déficit muito grande.

Então, contei esta brevíssima história, e não vou poder, evidentemente, detalhá-la. E isso é muito interessante. Eu sou escritor, professor e fui aprendendo, ao longo dos anos, tanto no Bom de Bola, como no Bom de Ler. E sabem que eu cheguei à conclusão que eu mesmo, como professor desse projeto e para trabalhar com crianças e jovens, tinha praticamente que aprender a ler de novo.

Nós somos de uma geração de educadores que é a chamada geração da civilização de livro. É diferente da civilização digital. E a nossa linguagem é a língua dos alfabetos, não é a língua digital, não é a língua da nova geração. E é claro que existe um fosso dentro da sala de aula, dentro das escolas, porque os professores não foram preparados para o desafio da formação dessa nova geração de leitores. Isso me fez colocar em discussão aquilo que chamo de uma proposta de pedagogia da educação afirmativa para podermos desenvolver essa proposta de educação afirmativa dentro do projeto Bom de Bola, fazendo um trabalho de formação a partir da saúde do corpo, da educação esportiva - porque é fundamental para um país ter uma geração saudável - e, ao mesmo tempo, fazendo um trabalho de formação do corpo letivo.

Então, na nossa proposta pedagógica, começamos a criar e a desenvolver dois conceitos inovadores para Santa Catarina. E, a partir dos exemplos que temos no nosso estado, apresentar como alternativa a essa reforma da Educação, tanto no estado como no país, para vencermos o desafio da leitura no Brasil e da formação de uma nova geração que já está impactando a nossa economia.

Quero dizer a vocês que aquilo que estou falando do analfabetismo funcional tem um efeito muito grave e forte sobre a economia brasileira. Aqui em Santa Catarina podemos ter um grande programa de educação e de leitura. E isso não será, evidentemente, o esforço apenas de uma empresa, de um governo, de uma fundação. Precisamos mobilizar e reunir toda a sociedade, os meios de comunicações, os acadêmicos e todo o corpo docente de Santa Catarina para vencermos esse desafio. E há apenas um jeito: através da prática, do exercício, da experiência, do esforço que erra, mas da determinação de acertar. Não há outro jeito de mudarmos qualquer coisa em nosso país a não ser na prática.

É o exercício que faz o mestre. E o exercício educacional é algo que, quando bem feito, vale para a vida toda e não somente para uma fase. Temos uma ideia de que a educação começa aos seis anos, digamos, mas a educação é para a vida toda.

O que forma o país e o mundo, hoje, são os sistemas educacionais. Nós não estamos nos dando conta que essa geração, chamada terceira geração, da terceira revolução industrial, não se forma mais dentro do local de trabalho, nos asilos, nos bairros, como era nos anos anteriores. Essa geração se forma dentro da escola, dos centros de arte, dos laboratórios de *internet*, dos centros avançados da educação. Essa geração se faz por meio da educação, e para nós a leitura é a base da educação.

A ideia dessa campanha que trouxemos a público a partir da semana

passada, com Zuenir Ventura, para formamos um Brasil de leitores, é colocar que a leitura é a base da educação. Mas prestem bem atenção: quando dizemos que a leitura é a base da educação, atentem que não é a base no sentido de uma infraestrutura para uma superestrutura, não é esse tipo de base. A leitura como base da educação não é algum apêndice que introjetamos na criança para ela depois ser produtiva. Quando pensamos que a leitura é a base da educação, é porque o próprio sistema de formação dessa geração está acontecendo a partir do momento em que ele está na relação com os seus mestres, com os seus conhecimentos, com as descobertas. Quando falamos que a leitura é a base da educação, estamos dizendo uma coisa que estamos perdendo no Brasil, que é questão que é preciso dar exemplos para a nova geração, é preciso resgatar e fortalecer novamente o papel dos mestres, dos professores, na formação dessa geração.

A base da educação é a leitura, porque temos formadores e agentes multiplicadores, seja na escolaridade, mas também, e sobretudo, na formação do caráter dessa nova geração. Quando propomos que a leitura seja a base da educação, vamos fazer uma mudança nos nossos próprios hábitos educadores.

Então, não se trata mais de dar a lição para os alunos fazerem em casa, como se o professor fosse o mestre e o aluno, o aprendiz. Quando dizemos que a leitura é a base da educação, e que a educação é a base do Brasil, estamos querendo dizer que, a partir de agora, os exemplos é que fazem o mestrado. E o mestrado não somente durante os anos de escolaridade, mas o mestrado para a vida inteira.

Gostaria de concluir deixando registrado que o Carlinhos, o Valdir e todos vocês são parceiros e criaram esta oportunidade de podermos falar e apresentar o nosso Bom de Bola e o Bom de Ler.

Por muito tempo, acreditávamos que tínhamos que fazer um pedaço da nossa tarefa, fazer a nossa parte e passá-la para a geração seguinte. Por exemplo, temos um governo, fazemos a nossa parte e passamos o resto do nosso trabalho para o governo seguinte. Ou, então, se temos uma formação no ensino básico, vamos fazer a nossa parte e passar para o ensino médio; e o ensino médio faz a parte dele e passa para o ensino superior.

O momento que estamos vivendo, hoje, não é mais esse momento de passar o bastão para os outros, mas, sim, de nós mesmos assumirmos o próprio protagonismo das mudanças que julgamos necessárias em nosso país. Não temos mais tempo para passar o bastão para as próximas gerações, porque não é apenas mais uma questão de pedagogia, ou seja, da condução da educação das crianças e dos jovens, é uma questão da própria cosmologia, o destino do planeta, o destino do mundo.

Estamos vivendo um momento difícil no mundo e não temos mais tempo para esperar que as respostas que desejaríamos para o nosso país e o mundo sejam aquelas dadas pelas próximas gerações. Nós temos que construir as próprias respostas agora.

Se tivermos esse discernimento de que não nos cabe transferir as nossas

responsabilidades para outras autoridades, mas nós mesmos a exercitamos...

Trata-se de mudarmos, nesse momento, de nosso conceito de educação e cultura, de não mais pensarmos que o meio usado leva a um determinado fim. Não basta pensarmos apenas em causa e consequência, meios e fins. A educação tem de ser pensada como uma metade de um inteiro, e não mais um meio de um fim. Não é fazer isso e usar esses meios para aqueles fins. É a metade que já abraça esse inteiro. É outra visão de educação. É a visão da inteireza da educação íntegra do corpo, da alma e da mente dessa nova geração, e a nossa própria autoeducação.

Concluindo, quero dizer que somos professores, mestres, mas não educamos ninguém. Nós criamos desafios e oportunidades para que os alunos, os nossos educandos, descubram o potencial que eles têm dentro de si. Não vamos educar, nem como pais, nem como professores, os nossos filhos, mas podemos criar essas oportunidades. É isto que eu chamo de mudança de paradigma: que não basta apenas os meios em vista dos fins, mas considerarmos as metades de inteiros.

A atual geração vai passar adiante aquilo que essa geração está entregando e compartilhando para os jovens. E essa é a nossa responsabilidade. Nós estamos envelhecendo. Quando encontro alguns jovens, percebo que estamos ficando velhos, não fizemos tudo que gostaríamos de ter feito e precisamos formar uma nova geração de educadores.

Formamos uma nova geração de educadores a partir daquilo que temos de patrimônio dos nossos talentos, valores, caráter e, sobretudo, força de vida, paixão pela vida, pelas crianças, pela juventude, pelo país e pela escola. Mas isso tem que ser feito, repito, a partir dos exemplos, a partir da prática, porque é o exemplo que faz o mestre e é a experiência que transforma a vida e o mundo.

Isso que estamos fazendo, o Bom de Bola e o Bom de Ler, ainda é bem pequeno, mas pode ter a grandeza se o nosso estado entender que está na hora de colocarmos em prática aquilo que todos dizemos e acreditamos: que a educação é a prioridade do nosso país. Se a educação é a prioridade do nosso país, então sejamos nós os próprios educadores de nós mesmos, dos nossos filhos e das nossas crianças e jovens. Sejamos nós, junto com eles, os protagonistas deste Brasil que vai continuar sendo o país do futebol, mas que precisa ser também reconhecido aqui dentro e lá fora como o Brasil Bom de Ler, de melhores talentos, das melhores inteligências, de caráter. E que o nosso PIB não seja mais o PIB do Produto Interno Bruto, mas seja o PIB da Probidade da Inteligência Brasileira.

Precisamos refazer as nossas contas da economia e da política, e calcular outro tipo de PIB: o PIB da probidade, o PIB do caráter, o PIB da decência e da dignidade, o PIB da partilha, o PIB da bondade, o PIB que vai significar, ou não, a sustentabilidade desta e das próximas gerações.

Muito obrigado! Era isto que eu gostaria de manifestar para vocês.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Cobalchini) - Queremos agradecer o brilhante pronunciamento do professor e escritor José Paulo Teixeira, que é responsável pelo projeto Bom de Ler. O seu entusiasmo contaminou todos.

Quero convidar para fazer uso da palavra a sra. Marilú Fantin, representante do Instituto Parati.

A SRA. MARILÚ FANTIN - Boa-noite a todas as autoridades já nominadas!

Em nome do fundador da Parati, sr. Ângelo Fantin; e da presidente do Instituto Parati, a sra. Ida Libardoni Fantin, meus pais, quero agradecer, com muita honra e emoção, esta homenagem de reconhecimento feita pela Assembleia Legislativa, através da comissão de Educação, Cultura e Esporte, presidida pelo deputado Valdir Cobalchini, à Parati pelos 20 anos de investimento social, principalmente na área do esporte e da leitura, através do Instituto Parati, com os projetos Bom de Bola e Bom de Ler, além de outros.

Foram, aproximadamente, mil crianças beneficiadas por ano. Se pegarmos este número e multiplicarmos por 20 anos, veremos que vai dar dois milhões de crianças que participaram desses projetos.

Deputado Valdir Cobalchini, muito obrigada, do fundo do coração, pela sua sensibilidade em fazer essa homenagem enquanto os meus pais estão presentes para se alegrarem e emocionarem-se com isso.

(Palmas)

Normalmente, aqui no Brasil, são homenageadas as pessoas depois que elas já partiram, quando não estão mais aqui para ficarem felizes. Então, muito obrigada!

Quero também fazer um agradecimento especial à nossa equipe e educadores do Instituto, aos coordenadores dos projetos e a todos os nossos parceiros, com quem partilhamos esta bela homenagem.

Gostaria de dizer que nos sentimos felizes de fazer uma pequena parte e sermos instrumentos de mudança na vida de tantas crianças.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Cobalchini) - Depois de ouvirmos as palavras da Marilú e do José Paulo, acredito que esta homenagem está sendo feita em momento oportuno, embora atrasada, porque coincide com o início da discussão em torno do Plano Estadual da Educação. Amanhã à tarde faremos uma reunião para divulgar os seminários regionais. Serão cerca de 14 seminários regionais em que iremos debater o Plano Estadual da Educação que será enviado pelo Poder Executivo, através do governador do estado, do secretário da Educação, nos próximos dias, e talvez ainda esta semana.

Penso que a questão do esporte, da cultura e, especialmente, da leitura faz-nos repensar que o Plano Estadual da Educação deve contemplar... E até pelo que ouvimos, pois confesso que não sabia que os índices de leitura em Santa Catarina, um estado que é uma referência na educação para o país, eram tão acanhados. É importante quando uma empresa do tamanho da Parati usa como marketing essa questão, e tomara que outras empresas assim o façam.

Como disse o professor José Paulo, é fácil para uma empresa fazer marketing do seu produto diretamente, mas usar a leitura e o esporte para construir o seu marketing é bem mais difícil. Tomara que esses exemplos sejam seguidos por outros grandes grupos catarinenses e brasileiros. Vamos, sim, fazer com que esta sessão de homenagem colha outros resultados, além do reconhecimento que fazemos ao Instituto Parati. Acompanhamos a sua caminhada ao longo de muitos anos, e sabemos que no Grupo Parati faz-se alguma coisa diferente.

Então, como presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto desta Casa, tive a ideia de prestar essa singela homenagem, mas que tem um grande significado para todos nós. Fazemos essa homenagem não para alcançar notoriedade, popularidade, mas para mostrar exemplos que precisam muito ser seguidos.

Mais uma vez, quero estender esta homenagem ao seu Ângelo, um grande cidadão, pai de família, empresário, empreendedor inteligente e probo, por quem temos um profundo respeito, carinho e inspiração. Infelizmente, ele não está aqui, mas gostaria que lhe fosse transmitida esta homenagem, assim como a dona Ida e a toda família Parati, aos diretores e aos colaboradores. Enfim, a todos que fazem da Parati um orgulho para nós, catarinenses e brasileiros.

Gostaríamos de agradecer por vocês existirem e por terem ido muito além da obrigação de empresários, pois realmente ajudam muito a construir um estado e um país melhor.

Esta Presidência agradece a presença do sr. Luiz Carlos Fraga; do José Paulo Teixeira; do secretário adjunto de Turismo, Cultura e Esporte, Jaime José Mora; do conselheiro Wilson Wan-Dall, que representa o Tribunal de Contas; do secretário da Infraestrutura, João Carlos Ecker.

Quero justificar a ausência do secretário Regional de São Lourenço, que estaria aqui, não fossem razões particulares de doença na família que o impediram de estar aqui.

Também gostaria de justificar a ausência de um grande amigo e presidente da Facisc, o lourenciano Ernesto João Reck, que não está presente por estar em Milão participando de uma feira mundial. Mas ele me encaminhou por *e-mail* uma mensagem de cumprimentos por esta sessão e ao Grupo Parati.

Agradeço a presença da querida presidente da Fundação Catarinense de Cultura, sra. Maria Terezinha de Batim.

Convidamos todos os presentes para participarem de um coquetel que será oferecido no *hall* deste Poder, logo após o encerramento desta sessão.

Neste momento, teremos a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

RETIFICAÇÃO DA ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 9 HORAS DO DIA 26 DE MAIO DE 2015, PUBLICADA NO DIÁRIO Nº 6838 DE 15 DE MAIO DE 2015.

Errata - Onde se lê o Projeto de Lei nº 0123.0/2015, que dispõe sobre o horário e dias em que os fornecedores de produtos ou serviços poderão efetuar serviços de "telemarketing" e cobrança de débitos por telefone aos consumidores. Leia-se o Projeto de Lei nº 0123.0/2015, que dispõe sobre a remoção de veículos abandonados ou estacionados em situação que caracterize seu abandono em via pública e estacionamentos privados, exarou parecer pela realização de diligência que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2015.

Deputado Mauro de Nadal
Presidente

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015

OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, EM CARÁTER EVENTUAL, COM QUILOMETRAGEM LIVRE, PARA SUPORTE DE ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

DATA: 27/07/2015 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 27 de julho de 2015. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 07 de julho de 2015.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

CERTIFICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL 2015

OBJETO: CONCESSÃO DE CERTIFICADO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DE SANTA CATARINA ÀS EMPRESAS PRIVADAS, ENTIDADES COM FINS NÃO ECONÔMICOS E DO TROFÉU RESPONSABILIDADE SOCIAL - DESTAQUE SC.

PERÍODO DE INSCRIÇÃO: 08/07/2015 a 06/10/2015

ENTREGA DOS ENVELOPES: As inscrições deverão ser realizadas através da página da ALESC na internet, no período de 8 de julho a 6 de outubro de 2015. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 07 de julho de 2015.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1950, de 8 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor GIANCARLO BRISTOT BARAUNA, matrícula nº 6773, de PL/GAB-77 para o PL/GAB-78, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Julho de 2015 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1951, de 8 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora JADNA NARA HERBST VIEIRA PARENTE, matrícula nº 7504, de PL/GAB-39 para o PL/GAB-43, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Julho de 2015 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1952, de 8 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora JANE LUCIA DUARTE RAMOS, matrícula nº 3481, de PL/GAB-50 para o PL/GAB-54, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Julho de 2015 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1953, de 8 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora MORGANA FRASSETTO MARQUES, matrícula nº 7458, de PL/GAB-39 para o PL/GAB-43, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Julho de 2015 (Gab Dep Marcos Vieira).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1954, de 8 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ORIVAL PRAZERES, matrícula nº 2905, de PL/GAB-52 para o PL/GAB-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Julho de 2015 (Gab Dep Marcos Vieira).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1955, de 8 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo

de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor PAULO ROBERTO DA SILVA, matrícula nº 5567, de PL/GAB-48 para o PL/GAB-52, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Julho de 2015 (Gab Dep Marcos Vieira).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1956, de 8 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo

de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora ROZANE BERNARDETE DA SILVA, matrícula nº 5279, de PL/GAB-56 para o PL/GAB-59, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Julho de 2015 (Gab Dep Marcos Vieira).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1957, de 8 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º, 11º e 92 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo

de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor RUBENS JOAO LAUREANO, matrícula nº 5457, de PL/GAB-68 para o PL/GAB-71, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Julho de 2015 (Gab Dep Marcos Vieira).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1958, de 8 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º, 11º e 92 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo

de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR da servidora SONIA APARECIDA PEDRINI BORBA, matrícula nº 5458, de PL/GAB-70 para o PL/GAB-72, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Julho de 2015 (Gab Dep Marcos Vieira).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1959, de 8 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

Retificar a Portaria nº 1899, de 1º de julho de 2015, que nomeou o servidor ARNALDO JOSE BERTOTTO, matrícula nº 5362, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ: "... GAB-57 ..."

LEIA-SE: "...GAB-52..."

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1960, de 8 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo

de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor ELIDIO EMILIO RIFFEL, matrícula nº 6026, de PL/GAB-48 para o PL/GAB-52, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Julho de 2015 (Gab Dep Marcos Vieira).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1961, de 8 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo

de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor VALDACIR ANTONIO ANDRES, matrícula nº 3333, de PL/GAB-48 para o PL/GAB-52, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Julho de 2015 (Gab Dep Marcos Vieira).
Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1962, de 8 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.*

NOMEAR RUI BUSSOLO, matrícula nº 3441, para

exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, Atividade Administrativa Interna, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1963, de 8 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.*

NOMEAR JEISON GIOVANI HEILER para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Valduga - Jaraguá do Sul).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1964, de 8 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

NOMEAR PAULO CORREIA, matrícula nº 7282, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Luiz Fernando Cardoso - Rio do Campo).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1965, de 8 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11º da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO PARLAMENTAR do servidor DOUTEL FRANCISCO DA SILVA, matrícula nº 7387, de PL/GAB-43 para o PL/GAB-55, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 07 de Julho de 2015 (Gab Dep Luiz Fernando Cardoso).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1966, de 8 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

LOTAR o servidor **RICARDO CASCAES SABINO**, matrícula nº 935, na DL - Coordenadoria de Publicação, a contar de 6 de julho de 2015 .

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1967, de 8 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora **FERNANDA DE SOUZA VIEIRA BENEDET**, matrícula nº 4330, nomeada pelo Ato da Mesa nº 20, de 5/1/2004, fazendo constar como sendo **FERNANDA DE SOUZA VIEIRA BENEDET**.

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1968, de 8 de julho de 2015

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 010/2015.

Matr	Nome do Servidor	Função
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO	Pregoeiro
1039	VICTOR INACIO KIST	Pregoeiro substituto
0947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	Equipe de apoio
775	ADRIANA LAUTH GUALBERTO	
1877	ANTONIO HENRIQUE COSTA BULCAO VIANNA	
7211	JOAO GABRIEL PEREIRA ZIMMERMANN	

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor-Geral

*** X X X ***

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 001, de 6 de julho de 2015

Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar o inciso I, e suas alíneas "a" e "b", do art. 159 da Constituição Federal, para o fim de modificar a composição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea "k" do Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a apresentação, à Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição Federal constante do Anexo Único desta Resolução, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do art. 60 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 6 de julho de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO**

Presidente

ANEXO ÚNICO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Altera o inciso I, e suas alíneas "a" e "b", do art. 159 da Constituição Federal, para o fim de modificar a composição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios.

Art. 1º O inciso I, e suas alíneas "a" e "b", do art. 159 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.159.

I - dos produtos da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza, dos produtos industrializados, das operações financeiras, importação e grandes fortunas e do produto da arrecadação da contribuição social sobre o lucro líquido 69% (sessenta e nove por cento) na seguinte forma:

a) 31,5% (trinta e um inteiros e cinco décimos por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) 32,5% (trinta e dois inteiros e cinco décimos por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios;

..... "(NR)

Art. 2º O produto da arrecadação dos impostos sobre operações financeiras, importação e grandes fortunas e o produto da arrecadação da contribuição social sobre o lucro líquido, para os fins do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, na redação dada por esta Emenda Constitucional, serão implementados a partir do primeiro exercício financeiro imediatamente após a entrada em vigor desta Emenda Constitucional ao décimo exercício financeiro, à razão de 10% (dez por cento) ao ano.

Art. 3º O percentual de 20% (vinte por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, adicionados, a partir da entrada em vigor desta Emenda Constitucional, para os fins do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, conforme redação dada pelo art. 1º desta Emenda Constitucional, será implementado do primeiro exercício financeiro imediatamente após a entrada em vigor desta Emenda Constitucional ao décimo exercício financeiro, à razão de 10% (dez por cento) ao ano.

Art. 4º Os percentuais de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, conforme a redação dada pelo art. 1º desta Emenda Constitucional, serão implementados da seguinte forma:

I - no primeiro exercício financeiro imediatamente após a entrada em vigor desta Emenda Constitucional:

a) 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal; e
b) 23,5% (vinte e três inteiros e cinco décimos por cento) para o Fundo de Participação dos Municípios; e

II - a partir do segundo exercício financeiro até o décimo, adicionar-se-á, aos percentuais constantes do inciso I deste artigo, 1% (um por cento) ao ano.

Art. 5º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos a partir do primeiro exercício financeiro subsequente.

JUSTIFICATIVA À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A presente Proposta de Emenda à Constituição tem o objetivo de restabelecer o equilíbrio entre as obrigações impostas aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e suas respectivas receitas.

Não podemos perder de vista que a autonomia é um princípio basilar da Federação e compreende não só a administrativa e política, como também a financeira.

A alteração proposta amplia a cesta de impostos cujo produto da arrecadação comporá o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e o Fundo de Participação dos Municípios, além de incluir o produto da arrecadação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

A cesta, atualmente composta do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, passará a contar, ainda, com o imposto sobre operações financeiras, importação e grandes fortunas.

Além disso, a proposta amplia o percentual do produto da arrecadação destinado aos Fundos. Para o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal passa de 21,5% (vinte e um inteiros e cinco décimos por cento) para 31,5% (trinta e um inteiros e cinco décimos por cento) e para o Fundo de Participação dos Municípios de 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) para 32,5% (trinta e dois inteiros e cinco décimos por cento).

Essas alterações serão implementadas no período de 10 (dez) anos, permitindo à União readequar sua programação orçamentária e financeira gradativamente.

Ao final do período de implementação, os repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio dos Fundos, serão ampliados em aproximadamente 100% (cem por cento).

Assim, por todo o exposto, contamos com a aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 002, de 6 de julho de 2015

Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar os arts. 22 e 24 da Constituição Federal, para tornar competências legislativas privativas da União em concorrentes com os Estados e o Distrito Federal.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea “k” do Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a apresentação, à Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição Federal constante do Anexo Único desta Resolução, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do art. 60 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 6 de julho de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO**

Presidente

ANEXO ÚNICO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Altera os arts. 22 e 24 da Constituição Federal, para tornar competências legislativas privativas da União em concorrentes com Estados e Distrito Federal.

Art. 1º Os arts. 22 e 24 da Constituição Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 22.

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....
IV - informática, telecomunicações e radiodifusão;

.....
XI - nacionalidade, cidadania e naturalização;

XII - populações indígenas;

XIII - emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão

de estrangeiros;

XIV - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

XV - organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes;

XVI - sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;

XVII - sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;

XVIII - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros;

XIX - competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

XX - seguridade social;

XXI - diretrizes e bases da educação nacional;

XXII - registros públicos;

XXIII - atividades nucleares de qualquer natureza;

XXIV - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; e

XXV - defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional.

§ 1º Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

§ 2º Os Estados poderão descriminalizar condutas no âmbito de seu território.” (NR)

.....
“Art. 24.....

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico, urbanístico e agrário;

.....
IX - águas e energia;

X - jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

XI - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação;

XII - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XIII - procedimentos em matéria processual;

XIV - previdência social, proteção e defesa da saúde;

XV - assistência jurídica e defensoria pública;

XVI - proteção e integração social das pessoas com deficiência;

XVII - proteção à infância e à juventude;

XVIII - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis;

XIX - trânsito e transporte;

XX - sistemas de consórcio e sorteios; e

XXI - propaganda comercial.

.....
§ 5º Para efeito deste artigo, a compreensão do que sejam normas gerais deve ser interpretada de forma restritiva.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Passaram-se quase 27 anos da promulgação da Constituição de 1988 e muitos de seus mandamentos sofreram, ao longo desse período, modificações que objetivaram adaptar seu texto às realidades da sociedade brasileira e à dinâmica das relações entre o Estado e a sociedade, assim como entre as unidades federadas e a União.

É precisamente nesse contexto que se propõem as modificações no rol de competências privativas da União e a transferência de algumas delas para o rol das competências concorrentes entre aquela, os Estados e o Distrito Federal.

Tratam-se das áreas em que se julga que os Estados devam ter competência suplementar para tratar de aspectos peculiares, já que à União cabe legislar sobre tais matérias apenas de forma geral.

Dessa forma, submetemos a presente Proposta de Emenda à Constituição, com base no disposto no art. 60, III, da Constituição Federal, propugnando aos nossos Pares por sua aprovação, em face da importância de que se reveste.

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 003, de 6 de julho de 2015

Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando acrescentar inciso IV ao art. 60 da Constituição Federal, para estabelecer a iniciativa popular para apresentação de Proposta de Emenda à Constituição.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea "k" do Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a apresentação, à Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição Federal constante do Anexo Único desta Resolução, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do art. 60 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 6 de julho de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO**

Presidente

ANEXO ÚNICO**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Acrescenta inciso IV ao art. 60 da Constituição Federal, para estabelecer a iniciativa popular para apresentação de Proposta de Emenda à Constituição.

Art. 1º Fica acrescido inciso IV ao art. 60 da Constituição Federal com a seguinte redação:

"Art. 60.

IV - de iniciativa popular, por pelo menos 3% (três por cento) do eleitorado brasileiro, distribuídos em, no mínimo, 14 (quatorze) Estados com, no mínimo, 1% (um por cento) dos eleitores de cada um deles.

..... "(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Esta Proposta de Emenda à Constituição Federal visa acrescentar inciso IV ao art. 60, para estabelecer a iniciativa popular para apresentação de Proposta de Emenda à Constituição.

A Carta Magna Federal, em seu artigo 60, não prevê a iniciativa popular para emendas constitucionais, tampouco fixa o quórum mínimo para esse exercício, a exemplo da fórmula adotada para a iniciativa popular de lei, lacuna que a presente Proposta de Emenda à Constituição pretende preencher.

Dessa forma, submetemos a presente Proposta de Emenda à Constituição, com base no disposto no mesmo art. 60, inciso III da Constituição Federal, propugnando aos nossos Pares por sua aprovação, em face da importância de que se reveste.

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 004, de 6 de julho de 2015

Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar os arts. 166 e 198 da Constituição Federal, para o fim de estabelecer que a União destine, no mínimo, 10% (dez por cento) da sua receita corrente bruta às ações e serviços públicos de saúde, excluindo do cômputo deste percentual as emendas parlamentares ao orçamento federal.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 65, inciso VI, alínea "k" do Regimento Interno,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a apresentação, à Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição Federal constante do Anexo Único desta Resolução, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do art. 60 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 6 de julho de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO**

Presidente

ANEXO ÚNICO**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Altera os arts. 166 e 198 da Constituição Federal, para o fim de estabelecer que a União destine, no mínimo, 10% (dez por cento) da sua receita corrente bruta às ações e serviços públicos de saúde, excluindo do cômputo deste percentual as emendas parlamentares ao orçamento federal.

Art. 1º Os arts. 166 e 198 da Constituição Federal passam a vigor com as seguintes alterações:

"Art. 166.....

§ 10. A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no § 9º, inclusive custeio, não será computada para fins do cumprimento do inciso I do § 2º do art. 198, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

..... "(NR)

"Art. 198.....

§ 2º.....

I - no caso da União, a receita corrente bruta do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 10% (dez por cento);

..... "(NR)

Art. 2º O disposto no inciso I do § 2º do art. 198 da Constituição Federal, conforme redação dada pelo art. 1º desta Emenda Constitucional, será cumprido progressivamente, garantidos, no mínimo:

I - 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente bruta no primeiro exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional;

II - 8% (oito por cento) da receita corrente bruta no segundo exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional;

III - 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente bruta no terceiro exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional;

IV - 9% (nove por cento) da receita corrente bruta no quarto exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional;

V - 9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente bruta no quinto exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional; e

VI - 10% (dez por cento) da receita corrente bruta no sexto exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos a partir do primeiro exercício financeiro subsequente.

JUSTIFICATIVA À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A presente Proposta de Emenda à Constituição Federal tem fulcro legal no art. 60, inciso III, da Constituição Federal, que confere às Assembleias Estaduais a prerrogativa de emendar o Texto Maior, mediante aprovação da maioria relativa de seus membros, em pelo menos mais da metade das Assembleias Legislativas das Unidades da Federação.

O objetivo desta Proposta de Emenda à Constituição Federal é estabelecer o percentual mínimo de investimentos em ações e serviços públicos de saúde por parte da União, bem como tornar a Receita Corrente Bruta a base de cálculo para esse percentual.

Desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, os critérios para determinação dos valores a serem gastos em Saúde deveriam ser estabelecidos por lei complementar. A referida lei só foi sancionada em 2012, e utilizava, como critério para determinação do mínimo constitucional aplicado em Saúde, os valores empenhados no exercício financeiro anterior, acrescidos da variação nominal do PIB. Em outras palavras, não havia um percentual fixo estipulado, nem sobre a Receita Corrente Bruta, nem sobre a Receita Corrente Líquida.

Abaixo, tem-se a tabela de recursos aplicados em Saúde nos últimos doze anos*:

ANO	Receita Corrente Bruta Realizado	Receita Corrente Líquida Realizado	Gasto em Saúde Liquidado	%RCL	%RCB
2003	R\$ 384.447.011,00	R\$ 224.920.164,00	R\$ 27.179.332,00	112,08	77,07
2004	R\$ 450.589.981,00	R\$ 264.352.998,00	R\$ 32.638.719,00	112,35	77,24
2005	R\$ 527.324.578,00	R\$ 303.015.775,00	R\$ 36.414.004,00	112,02	66,91
2006	R\$ 584.067.471,00	R\$ 344.731.433,00	R\$ 40.750.155,00	111,82	66,98

2007	R\$ 658.884.417,00	R\$ 386.681.857,00	R\$ 44.303.491,00	111,46	66,72
2008	R\$ 754.735.517,00	R\$ 428.563.288,00	R\$ 48.678.681,00	111,36	66,45
2009	R\$ 775.406.759,00	R\$ 437.199.421,00	R\$ 49.863.976,00	111,41	66,43
2010	R\$ 890.137.033,00	R\$ 499.866.613,00	R\$ 55.889.570,00	111,18	66,28
2011	R\$ 1.029.613.468,00	R\$ 558.706.387,00	R\$ 64.074.046,00	111,47	66,22
2012	R\$ 1.134.717.335,00	R\$ 616.933.349,00	R\$ 71.771.888,00	111,63	66,33
2013	R\$ 1.219.645.809,00	R\$ 656.094.218,00	R\$ 76.115.058,00	111,60	66,24
2014	R\$ 1.243.280.132,00	R\$ 641.578.197,00	R\$ 85.083.349,00	113,26	66,84

valores em milhares de Reais.

*Dados extraídos da Secretaria do Tesouro Nacional: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/relatorio-resumido-de-execucao-orcamentaria>

A coluna %RCL representa a porcentagem da Receita Corrente Líquida da União que foi aplicada em ações e serviços públicos de saúde. Já a coluna %RCB representa a porcentagem da Receita Corrente Bruta da União que foi aplicada em ações e serviços públicos de saúde.

Por exemplo, em 2003, a União destinou o equivalente a 12,08% (doze inteiros e oito centésimos por cento) de sua Receita Corrente Líquida à Saúde, ou, o equivalente a 7,07% (sete inteiros e sete centésimos por cento) de sua Receita Corrente Bruta.

Já em 2014, o percentual da RCB aplicada em Saúde foi de 6,84% (seis inteiros e oitenta e quatro décimos por cento).

Entretanto, segundo especialistas, para aumentar significativamente os recursos da Saúde, tornando possível restabelecer a manutenção do sistema, bem como atender às demandas da sociedade, considera-se que o valor mínimo a ser aplicado em Saúde deva ser da ordem de 10% (dez por cento) da Receita Corrente Bruta da União.

Atentando para isso, o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública ingressou na Câmara Federal o Projeto de Lei Complementar nº 321/2013, de iniciativa popular, o conhecido projeto Saúde+10, com mais de dois milhões de assinaturas, pleiteando a fixação do mínimo constitucional em 10% (dez por cento) da Receita Corrente Bruta.

Porém, em março de 2015, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 86, a chamada Emenda do Orçamento Impositivo, que, além do referido tema, tratou de alterar o art. 198 da Constituição Federal, estipulando que a União Federal deverá investir o mínimo de 15% (quinze por cento) de suas Receitas Correntes Líquidas (RCL) em ações e serviços públicos de Saúde.

O texto da EC nº 86/2015 ainda dispõe que o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) da RCL será atingido de forma escalonada, da seguinte forma:

Art. 2º O disposto no inciso I do § 2º do art. 198 da Constituição Federal será cumprido, progressivamente, garantidos, no mínimo:

I - 13,2% (treze inteiros e dois décimos por cento) da receita corrente líquida no primeiro exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional;

II - 13,7% (treze inteiros e sete décimos por cento) da receita corrente líquida no segundo exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional;

III - 14,1% (quatorze inteiros e um décimo por cento) da receita corrente líquida no terceiro exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional;

IV - 14,5% (quatorze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida no quarto exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional;

V - 15% (quinze por cento) da receita corrente líquida no quinto exercício financeiro subsequente ao da promulgação desta Emenda Constitucional.

O texto promulgado, além de ignorar a reivindicação do setor, que pleiteava 10% (dez por cento) da RCB, ainda possui o gravame de, no primeiro ano de vigência, reduzir em quase 400 milhões de reais os já parcos recursos utilizados na Saúde.

Se considerarmos uma simulação, em que aplicaríamos os 13,2% (treze inteiros e dois décimos por cento) da RCL no primeiro ano de vigência, conforme preceitua a Emenda nº 86/2015, e ainda levarmos em consideração que 2015 possua os mesmos números da Receita de 2014, teríamos:

Ano	Receita Corrente Líquida	%RCL	Gasto em Saúde
2014	R\$ 641.578.197,00	13,26	R\$ 85.083.349,00
2015	R\$ 641.578.197,00	13,2	R\$ 84.688.322,00
Diminuição de Recursos			R\$ 395.027,00

* valores em milhares de Reais

Ainda, tomando como base os números da Receita de 2014, podemos fazer uma projeção comparativa dos recursos que seriam destinados, caso seja aplicado o disposto na EC nº 86/2015, ou o que determina esta Proposta de Emenda à Constituição Federal:

Valores de referência	
Receita Corrente Bruta	R\$ 1.243.280.132,00
Receita Corrente Líquida	R\$ 641.578.197,00
Gasto em Saúde no ano de 2014	R\$ 85.083.349,00

Projeção conforme EC nº 86/2015

ANO	%RCL	Recursos destinados à Saúde	Acréscimo em relação 2014
2015	113,2	R\$ 84.688.322,00	-R\$ 395.027,00
2016	113,7	R\$ 87.896.212,99	R\$ 2.812.863,99
2017	114,1	R\$ 90.462.525,78	R\$ 5.379.176,78
2018	114,5	R\$ 93.028.838,57	R\$ 7.945.489,57
2019	115	R\$ 96.236.729,55	R\$ 11.153.380,55
2020	115	R\$ 96.236.729,55	R\$ 11.153.380,55

Projeção conforme a presente proposta

ANO	%RCB	Recursos destinados à Saúde	Acréscimo em relação 2014
2015	7,5	R\$ 93.246.009,90	R\$ 8.162.660,90
2016	8	R\$ 99.462.410,56	R\$ 14.379.061,56
2017	8,5	R\$ 105.678.811,22	R\$ 20.595.462,22
2018	9	R\$ 111.895.211,88	R\$ 26.811.862,88
2019	9,5	R\$ 118.111.612,54	R\$ 33.028.263,54
2020	10	R\$ 124.328.013,20	R\$ 39.244.664,20

Projeção do aumento dos recursos para saúde

Pelas projeções apresentadas, não resta dúvida de que a adoção do critério estipulado nesta Proposta de Emenda à Constituição Federal é mais vantajosa para o custeio da Saúde Pública no Brasil. Em 2020, o aumento de recursos seria de quase 40 bilhões de reais em relação a 2014, ao passo que a adoção do atual critério de 15% (quinze por cento) da RCL implicará em um aumento de cerca de apenas 11 bilhões de reais.

Além disso, no acumulado do período 2015-2020, o critério de 15% (quinze por cento) da RCL proporcionará uma injeção de 38 bilhões de reais na Saúde, enquanto o critério de 10% (dez por cento) da RCB, aqui proposto, proporcionaria um acréscimo de 140 bilhões.

É cabível salientar, também, que a EC nº 86/2015 inseriu o § 10 no art. 166 da Lei Maior, que preceitua que as emendas dos parlamentares ao orçamento da União, que versarem sobre ações e serviços de Saúde, podem ser computadas para o cálculo do mínimo estipulado de 15% (quinze por cento) da RCL. Isso quer dizer que, caso os parlamentares emendem o mínimo obrigatório em Saúde, que é de 0,6% (seis décimos por cento) da RCL, o Poder Executivo, por si só, poderia destinar apenas outros 14,4% (quatorze inteiros e quatro décimos por cento) da RCL. Portanto, para que as verbas elencadas pelos deputados federais e senadores sejam um acréscimo de recursos ao orçamento da Saúde, faz-se necessária a alteração do § 10 do art. 166, para que as suas emendas não sejam computadas no cálculo do mínimo constitucional que o Executivo deve gastar em Saúde.

Na prática, se promulgada a presente Proposta de Emenda à Constituição Federal, seriam destinados à Saúde 10% (dez por cento) das Receitas Correntes Brutas da União, mais o percentual da Receita Corrente Líquida (RCL), advindo das emendas parlamentares, que variaria entre 0,6 (seis décimos) e 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da RCL.

Por fim, no que tange ao mérito, é inegável que a conquista de suficiência e estabilidade dos recursos para o Sistema Público de Saúde reveste-se de extraordinária urgência, visando corresponder tanto às necessidades do Sistema como aos legítimos anseios da população, materializados no clamor das ruas, em torno da defesa do direito constitucional à Saúde. As manifestações que se espalharam por todo o País expressaram de maneira inequívoca a necessidade de melhorias importantes no acesso e na qualidade dos serviços de Saúde do País.

Assim, ante o exposto, esperamos a aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição Federal.

*** X X X ***